

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA

“A pobreza vem de longe: um estudo interdisciplinar sobre pobreza, preconceito
e Programa Bolsa Família”.

Maria de Fátima Souza da Silveira

Redenção

2014

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA

“A pobreza vem de longe: um estudo interdisciplinar sobre pobreza, preconceito
e Programa Bolsa Família”.

Maria de Fátima Souza da Silveira

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência Humanas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Vera Rodrigues

Redenção

2014

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

Silveira, Maria de Fátima Souza.

“A pobreza vem de longe: um estudo interdisciplinar sobre pobreza, preconceito e Programa Bolsa Família”. / Maria de Fátima Souza da Silveira. – Redenção, 2014.

71 f.: il.; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Rodrigues.

Inclui gráficos, referências e tabelas.

1. Programa Bolsa Família (Brasil). 2. Pobreza. I. Título.

CDD 353.50981

MARIA DE FÁTIMA SOUZA DA SILVEIRA

“A pobreza vem de longe: um estudo interdisciplinar sobre pobreza, preconceito e Programa Bolsa Família”.

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva - Orientadora

Profª Drª Monalisa Valente Ferreira

Prof. Dr. Sebastião André Alves de Lima

Esta monografia é dedicada à memória de

Josué de Castro, por sua obra e militância na denúncia da fome como criação do homem e que portanto poderia ser vencida também por ele,

Carolina Maria de Jesus, por ter relatado de forma tão honesta o dia-a-dia dos pobres e daqueles que sofriam e sofrem com a fome,

À

Luiz Inácio Lula da Silva, por ter colocado a fome como tema central na agenda do país, e por sua luta no combate a ela no Brasil e no mundo, comprovando assim o que disse Carolina Maria de Jesus, na década de 50: “o Brasil precisa ser governado por alguém que já passou fome”,

E, por fim,

À minha mãe, Fátima, a quem devo tudo o que sou, minha maior inspiração e exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, por ter me guiado até aqui e por ser tão bom comigo. Aos meus pais e as minhas irmãs, sem os quais eu jamais teria conseguido chegar a qualquer lugar, pelo esforço que sempre fizeram para que eu pudesse estudar e, sobretudo, pelo apoio que sempre me deram em todas as minhas decisões.

A minha orientadora, professora Dr^a Vera Rodrigues, por ter acreditado em mim e me orientado para além deste trabalho, com quem pude aprender e evoluir bastante, e por quem possuo muita admiração e respeito.

Aos meus professores, pois cada um deles foi fundamental em minha formação e para a elaboração deste trabalho, em cada parágrafo tem um pouco do que me ensinaram.

As minhas entrevistadas, a quem tive o prazer de ouvir, e compartilhar um pouco de suas histórias de vida.

Ao CNPq, por financiar o projeto “E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família em Redenção/CE” do qual sou bolsista.

E, por fim, mas não menos importante, as minhas amigas, que sempre torceram por mim, e estiveram do meu lado em todos os momentos.

*“O homem que quer manter-se fiel à justiça deve
tornar-se incessantemente infiel às injustiças
sempre inesgotavelmente triunfantes.”*

Charles Péguy

RESUMO

A monografia “A pobreza vem de longe: um estudo interdisciplinar sobre pobreza, preconceito e Programa Bolsa Família” emerge de minhas inquietações teóricas e políticas acerca da pobreza. A partir disso, elaboro uma análise interdisciplinar que problematiza a relação entre pobreza, preconceito e Programa Bolsa Família, o qual se constitui em um programa de combate à pobreza, por meio da transferência condicional de renda às famílias pobres, priorizando como titulares do benefício às mulheres. Este direcionamento do Programa às famílias pobres tem gerado muitas críticas ao Programa e a seus beneficiários, críticas estas que são resultado da própria visão que parte da sociedade tem a respeito da pobreza e do pobre, responsabilizando-o por sua condição social e isentando o Estado e a sociedade de sua responsabilidade na construção e perpetuação das desigualdades. Esse preconceito é agravado pelo recorte de gênero e pelo fato de que a “pobreza tem cor”, ou seja, a maioria dos pobres são negros. Dentro dessa realidade a metodologia para o desenvolvimento da monografia perpassa a revisão bibliográfica temática, e entrevistas com beneficiárias do Programa Bolsa Família em Redenção/Ceará sobre suas percepções acerca do programa em si, da pobreza, fome e do preconceito.

Palavras chaves: Pobreza, Preconceito, Bolsa Família.

ABSTRACT

The monograph "Poverty comes from afar: an interdisciplinary study of poverty, prejudice and *Programa Bolsa Família*" it's from my theoretical and political concerns about poverty. From this, I elaborate an interdisciplinary analysis that discusses the relationship between poverty, prejudice and Family Grant Program, which constitutes a program to combat poverty through conditional cash transfers to poor families, giving priority to the holders of the benefit women. This targeting of the program to poor families has generated much criticism of the program and its beneficiaries, that these criticisms are the result of the vision itself that the society has on poverty and the poor, blaming him for his social status and exempting the state and society in the construction and perpetuation of inequalities. This prejudice is compounded by a gender and the fact that "poverty has a color", is the majority of the poor are black. Within this reality the methodology for developing the monograph theme pervades the literature review and interviews with beneficiaries of the Programa Bolsa Família in Redenção city / Ceará on their perceptions about the program itself, poverty, hunger and prejudice.

Key words: Poverty, Prejudice, Bolsa Família.

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPC: Benefício de Prestação Continuada

BSM: Plano Brasil Sem Miséria

CEF: Caixa Econômica Federal

FAO: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDS: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome

OIT: Organização Internacional do Trabalho

ONU: Organização das Nações Unidas

PBF: Programa Bolsa Família

PNAD: Programa Nacional por Amostra de Domicílio

PNAS: Política Nacional de Assistência Social

SAGI: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SENARC: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

TCM : Programa de Transferência Incondicional de Renda

TMC: Programa de Transferência Condicional de Renda

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. A pobreza vem de longe: abordagens teóricas.....	13
1.1 Pobreza em contexto: um olhar sobre o Brasil.....	16
1.1.1 “A pobreza tem cor”	18
1.1.2 Mulher e pobre: relação entre pobreza e gênero.....	21
1.1.3 Onde mora a pobreza?	23
2. “Quem inventou a fome são os que comem”: perspectivas teóricas e políticas sobre a fome.....	27
2.1 Fome: da naturalização à denuncia.....	30
2.2 Combatendo a pobreza e a fome: programas de transferência de renda.....	33
3. Bolsa Família: O que é? Como funciona?.....	38
3.1 Os impactos do PBF no Brasil.....	43
3.2 De “pobres” a “vagabundos”: sociedade e preconceito.....	45
4. E agora falamos nós: beneficiário (a) s do PBF.....	55
4.1 Pobreza: “a gente que é pobre nunca tem aquilo que deseja”.....	57
4.2 Fome: “Tinha dia que eu não tinha o que botar no fogo”.....	60
4.3 Preconceito: Bolsa Família não sustenta ‘vagabundos’, é uma ‘ajuda para as pessoas que não tiveram sua oportunidade na vida’.....	61
4.4 Bolsa Família: “Me deu mais segurança”.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67

INTRODUÇÃO

A escolha do tema dessa monografia se deu a partir de minhas inquietações teóricas e políticas acerca da pobreza e da fome, que acredito serem problemas que já poderiam ter sido solucionados, não fossem as decisões e os interesses políticos e econômicos contrários.

Vivendo em um dos países mais desiguais do mundo não é difícil enxergar as injustiças sociais que permeiam nossa sociedade. Tais injustiças, refletidas na vida da maior parte da população brasileira fazem com que de um lado tenhamos uma parcela de indivíduos totalmente privilegiados em detrimento de outros, que vivem destituídos de quase tudo.

É compreensível que devido às enormes desigualdades na distribuição de riquezas, se faça necessário a elaboração e implantação de políticas públicas visando resolver ou pelo menos amenizar tais problemas. O Programa Bolsa Família que emerge nesse contexto e dessa necessidade, despertou meu interesse, em especial, por tudo o que tenho ouvido a seu respeito, em sua quase totalidade, opiniões negativas. Inicialmente poderia considerar que se tratam apenas de opiniões frutos da falta de conhecimento sobre o programa e dos problemas que ele combate, no entanto, basta uma análise mais criteriosa para perceber que estão presentes nesses discursos mais do que desinformação.

Ora, se fossem apenas falta de informações que levassem a tantas críticas sobre o programa e seus beneficiários (a)s, estas seriam imediatamente revistas após o acesso a informações, o que de fato não ocorre. Portanto, passo a considerar que não são discursos gratuitos estes que pesam sobre o Programa Bolsa Família, mas que ao contrário, revelam o preconceito existente contra o programa e seus beneficiários (a)s, que advém possivelmente da forma como essa parcela da sociedade enxerga a pobreza e o pobre.

E é com o objetivo de elucidar o problema da pobreza e conseqüentemente da fome, e a importância de se combatê-las, destacando dessa forma o papel de programas de transferência condicional de renda nesse processo e o porquê de estes serem tão mal vistos por uma parcela da sociedade brasileira, que desenvolvo meu trabalho de forma interdisciplinar, buscando a articulação entre diversas áreas do conhecimento, como a economia, sociologia, antropologia e literatura, por considerar que um fenômeno social complexo, como é a pobreza, deve ser analisado levando-se em consideração diferentes olhares.

O trabalho se divide em quatro capítulos, sendo o primeiro destinado à conceituação de pobreza e suas especificidades no Brasil. Nele, busco mostrar a trajetória do conceito de pobreza ao longo do tempo, suas diferentes formas de abordagens assim como quesitos

importantes a serem analisados quanto se trata de definir quem é pobre no Brasil, como: raça/cor, gênero, região.

No segundo capítulo analisa-se a fome, suas causas, características, consequências, e em seguida, como a literatura mundial tem tratado o problema com enfoque em dois autores: Thomas Malthus, economista inglês do século XVIII, e detentor de uma visão naturalista acerca do problema, e Josué de Castro, nutricionista pernambucano do século XX, que denunciou a fome como um mal resultante das decisões políticas e econômicas.

Em seguida, pode-se acompanhar como tem sido o combate a esses problemas, com enfoque para as políticas públicas, fomentadas com o objetivo de garantir a efetivação dos direitos e objetivos previstos em constituição, no qual se inserem os programas de transferências diretas de renda, condicional e incondicional, implantados no Brasil e no mundo.

No terceiro capítulo é apresentado o Programa Bolsa Família desde sua criação a seus principais impactos nas mais diversas áreas. Nele, será possível conhecer qual o funcionamento do programa, como seus tipos de benefícios, critérios para a entrada e permanência (condicionalidades) assim como os órgãos responsáveis por sua gestão. Ademais, serão apresentados os resultados alcançados pelo programa e analisadas as principais críticas feitas a ele assim como o preconceito presente em tais discursos.

Por fim, no último capítulo será possível ouvir “as vozes” do (a)s atore (a)s principais desse processo: beneficiário (a)s do programa Bolsa Família, de forma que se possa conhecer o que pensam sobre pobreza, fome, preconceito e Programa Bolsa Família. Isso se dá por meio de entrevistas realizadas durante meu percurso como pesquisadora/bolsista no projeto “E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família – Redenção/CE¹”.

E, foi durante o trabalho de campo que ouvi a frase “sou pobre porque já vem de longe” de uma de minhas entrevistadas que conseguiu expressar de forma muito simples, mas objetiva, o chamado “ciclo intergeracional da pobreza” do qual faz parte. Sua frase se refletiu na escolha do título de minha monografia porque aborda a pobreza como um problema que não é recente, sua continuidade ao longo do tempo e, sobretudo, sua tendência a ser passada de geração a geração, realidade da grande parte das pessoas que se encontram em situação de pobreza e que, em último caso apenas reproduzem a realidade social da qual fazem parte.

¹ O Projeto de pesquisa “E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Bolsa Família - Redenção/CE” é coordenado pela Prof^ª Dr^ª Vera Rodrigues, e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome por meio do edital 24/2013 CNPQ/MDS.

Acredito ser este capítulo de fundamental importância, pois, após a análise bibliográfica desses conceitos terem sido feitas, considero ser necessário também que quem os vivencia possam descrevê-los.

1. “A pobreza vem de longe”: abordagens teóricas.

Podemos apontar muitas causas para a existência da pobreza, mas nenhuma que a justifique.

Marcelo Côrtes Neri

Conceituar pobreza é algo extremamente complexo, isso porque o tema pode ser abordado por diferentes vieses. Não há uma única definição nem tampouco uma única forma de mensuração do fenômeno, além disso, ela não permanece estática ao longo do tempo, de modo que, o que é pobreza e o que é ser pobre, não é o mesmo em diferentes épocas históricas e lugares. A pobreza transforma-se juntamente com a sociedade.

Objetivando conhecer as diferentes abordagens históricas a respeito do tema, foi feita uma breve descrição das principais concepções desenvolvidas até aqui. De início será focado a questão da pobreza absoluta *versus* pobreza relativa. Em seguida, será visto a pobreza pela noção de “subsistência”, seguida da abordagem das “necessidades básicas” e por fim, pobreza como “privação de capacidades básicas”, conceito desenvolvido mais recentemente pelo economista Amartya Sen.

A pobreza pode ser absoluta, quando a renda monetária do indivíduo é inferior à determinada linha de pobreza impossibilitando dessa forma o atendimento das necessidades mais básicas de existência. Ou relativa, quando o indivíduo vive em situação abaixo da estabelecida como modo de vida predominante em determinada sociedade (Rocha, 2003). Sobre a distinção entre os dois enfoques, a autora explica que:

Pobreza absoluta está estreitamente vinculada a questões de sobrevivência física; portanto, ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos ‘relativamente pobres’ em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos. (Idem, 2003, p.11).

O conceito de pobreza relativa é mais frequente em países desenvolvidos enquanto o de pobreza absoluta predomina nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. No que

se refere às diferentes abordagens desenvolvidas para a definição de pobreza, destacam-se a da “subsistência”, “necessidades básicas” e “privação das capacidades básicas”.

O enfoque da “subsistência” foi formulado no fim do século XIX e início do século XX por nutricionistas ingleses e predominou até a década de 50. Nele, a pobreza aparece estritamente associada à falta de renda e à questão da "sobrevivência", na qual eram considerados pobres aqueles que não possuísem renda suficiente para manter uma alimentação adequada e conseqüentemente suas necessidades biológicas satisfeitas. As necessidades humanas aparecem, portanto, limitadas às necessidades físicas, e uma política assistencial deveria limitar-se a atender a essa demanda, seja a partir da entrega de cestas básicas seja através de uma transferência ínfima de dinheiro, pois com essa prerrogativa eram justificados os baixos índices de assistência: bastava manter os indivíduos no nível de sobrevivência (Crespo; Gurovitz, 2012).

Pelas diversas limitações desta concepção, nos anos 70 entra em destaque a noção de "necessidades básicas" que inclui "novas exigências" ao conceito, incorporando um leque maior de necessidades, como saneamento, educação, habitação, visto que "as condições de existência não se limitam unicamente aos aspectos materiais ou individuais (alimentação; renda) e incluem as relações sociais, o acesso ao trabalho, aos cuidados, etc." (Salama; Destremau, 2001, p. 113-114). Destacam-se nesse enfoque as diversas dimensões do fenômeno da pobreza, ou seja, seu caráter multidimensional.

Mais recentemente, o economista indiano Amartya Sen desenvolve um novo conceito de pobreza, o de “privação das capacidades básicas”. Nele a pobreza é analisada a partir do conceito de “capacidades”, que consiste na liberdade de escolha que um indivíduo possui, nas palavras do autor, “a liberdade para ter estilos de vida diversos” (SEN, 2010, p. 95), ou ainda: “uma vida que se tem razão para valorizar” considerando-a "como a pior forma de privação humana, que envolve não apenas o leque de necessidades materiais, mas também a falta de oportunidade de ter uma condição de vida tolerável" (Anand; Sen, 1997 apud Rego; Pinzani, 2013). Segundo Sen:

"A pobreza deve ser vista como privação das capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa." (SEN, 2010, p.109)

O autor, portanto, não nega que a ausência de renda seja um dos principais fatores que pode fazer com que uma pessoa se encontre em situação de pobreza, mas destaca a importância de se levar em consideração outros aspectos, nesse caso as “capacidades” do indivíduo, que podem ser entendidas da seguinte forma:

Por “capacidade” entendem-se as combinações alternativas de funcionamentos de possível realização. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos ou a liberdade para ter estilos de vida diversos. Por exemplo, uma pessoa abastada que faz jejum por sua livre e espontânea vontade pode ter a mesma realização de funcionamento que uma pessoa pobre forçada a passar fome extrema. Porém a primeira pessoa possui um “conjunto capacitário” diferente do da segunda. A primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda. (Sen, 1999 apud Crespo; Gurovitz, 2002).

Salama e Destremau (2001, p. 82) ressaltam que essa abordagem ganhou destaque inclusive nas perspectivas dos órgãos internacionais, como é o caso do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), segundo o qual a pobreza pode ser definida da seguinte forma:

A pobreza possui muitos rostos e vai além da pouca renda. Ela se reflete também nas más condições de saúde e de educação, na falta de acesso ao saber e às possibilidades de comunicação, na impossibilidade de se exercer direitos políticos e de fazer valer os direitos da pessoa humana, na ausência da dignidade, de confiança e de respeito próprio. [...] a pobreza pode significar mais que a ausência do que é necessário ao bem-estar material. É também a negação das oportunidades e das possibilidades das escolhas mais essenciais ao desenvolvimento humano. A noção de pobreza, no que se refere ao desenvolvimento humano [...], se define numa análise de capacidades. De acordo com o conceito de capacidade, a pobreza de uma pessoa não se deve unicamente ao estado de indigência no qual ela se encontra efetivamente, mas também à falta de oportunidades reais – por razões sociais ou circunstâncias individuais – de usufruir de uma vida que valha a pena e que seja considerada em sua justa medida.

Como podemos observar, ao longo dos anos, as formulações e as análises sobre a pobreza caminharam em direção à ampliação da percepção sobre o fenômeno (Codes, 2008, p.23). Atualmente, percebe-se a pobreza como um fenômeno social complexo e

multidimensional, de modo que analisa-la somente considerando seu aspecto econômico “significa a miúde reduzi-la e desconhecê-la” (Salama; Destremau, 2001, p.18). Segundo Codes (2008) é importante ressaltar que:

As formulações recentes não chegaram a desbancar por completo as formas mais antigas de perceber a questão. Por isso, ainda hoje se pode observar a coexistência de diversos modos de compreender o fenômeno, tanto no âmbito da realização de estudos sobre o tema como das intervenções antipobreza. Assim, os vários conceitos de pobreza não devem ser vistos como se competissem entre si. [...] além da possibilidade de coexistência entre eles, as últimas formulações tendem a abarcar contribuições das primeiras, de maneira que as várias dimensões trazidas por cada uma delas sejam incorporadas e articuladas, dando corpo a uma nova elaboração. (Idem, 2008, p.26)

A multidimensionalidade da pobreza aponta para diversos aspectos que precisam ser levados em consideração ao tecer qualquer análise acerca do fenômeno, tais como: políticos, econômicos, sociais e subjetivos (Codes, 2008). Somado a esses fatores, torna-se necessário também atentar para os diversos contextos em que ela ocorre. Por essa razão a seguir a análise recairá sobre as especificidades da pobreza no Brasil.

1.1 Pobreza em contexto: um olhar sobre o Brasil

A pobreza é, no caso brasileiro, resultado de uma das maiores concentrações de renda do mundo (Rocha, 2003). O Brasil estaria, segundo a autora Sonia Rocha, dentre os países que possuem recursos o suficiente para que ninguém se encontrasse em pobreza absoluta, o que não ocorre, entretanto, devido à má distribuição de renda.

Para essa conclusão, a autora parte da classificação dos países no que se refere à pobreza em três grupos:

No primeiro grupo, são classificados os países nos quais a renda nacional é insuficiente para garantir o mínimo considerado indispensável a cada um de seus cidadãos. Desse modo, a renda *per capita* é baixa e a pobreza absoluta inevitável, quaisquer que sejam as características da distribuição de renda.

Um segundo grupo é formado por países desenvolvidos, onde a renda *per capita* é elevada e a desigualdade de renda é em grande parte compensada por transferências de renda e pela universalização de acesso a serviços públicos de boa qualidade. Nesses países, as necessidades básicas já são atendidas, de modo que o conceito de pobreza relevante é necessariamente relativo, definido a partir do valor da renda média ou mediana.

Finalmente, um terceiro grupo de países se situa numa posição intermediária. Nesse caso, o valor atingido pela renda per capita mostra que o montante de recursos disponíveis seria suficiente para garantir o mínimo essencial a todos, de modo que a persistência da pobreza absoluta se deve a má distribuição de renda. (Rocha, 2003, p. 31)

O Brasil, portanto, se encaixa no terceiro grupo, e essas desigualdades na distribuição das riquezas têm ocasionado “um verdadeiro abismo econômico, social e político entre as classes” (REGO, PINZANI, 2011, p. 155), no qual há uma pequena parcela da população “usufruindo de altos padrões de consumo e de instrumentos de reprodução das relações sociais existentes” enquanto a outra parcela, a maior parte da sociedade, sofre de toda espécie de privações, sofrimentos e humilhações.

Nem mesmo os períodos de alto crescimento econômico representaram uma mudança nesse aspecto, ao contrário, só reforçaram as desigualdades existentes, “o mercado capitalista mostrou mais uma vez que suas engrenagens produzem e reproduzem incessantemente a desigualdade social, econômica e política, com suas conseqüentes situações de extrema injustiça” (Idem, 2013, p.160).

Injustiças e desigualdades essas que foram “naturalizadas” ao longo do tempo, nas palavras de Jesse Souza (2009, p.24) somos uma “sociedade que naturaliza a desigualdade e aceita produzir ‘gente’ de um lado e ‘subgente’ de outro”, e isso impediu por muito tempo que medidas concretas fossem tomadas para reverter tal situação. O Estado brasileiro foi por muito tempo omissivo e indiferente às necessidades dos mais pobres, não lhes concedendo nem lhes garantindo direitos (Rego; Pinzani, 2013).

A pobreza no Brasil assim como nos demais países não é homogênea. A depender da região ela pode ocorrer em maior quantidade e/ou intensidade. No país, o Nordeste se destaca por ser a região com maior porcentagem de pessoas em situação de pobreza e também de pobreza extrema como podemos observar no gráfico abaixo:



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Censo 2010.

Essa situação é consequência do processo de desenvolvimento brasileiro, e de seus efeitos distributivos que sucederam de formas distintas em cada região, privilegiando regiões como o Sudeste, que contava com 80% das indústrias no século XX, em detrimento de outras como é o caso no Nordeste, gerando enormes desigualdades regionais que permanecem até os dias atuais.

Além das diferenças regionais, quando se trata especialmente do caso brasileiro, embora não exclusivamente, alguns critérios devem ser considerados para a definição de quem é pobre no país, tais como: cor da pele, o gênero e a área em que vivem. A seguir essas especificidades serão tratadas individualmente.

1.1.1 “A pobreza tem cor”

A pobreza no Brasil tem cor e é negra (Rego; Pinzani, 2013), os negros representam 70% das pessoas que se encontram em situação de pobreza extrema, segundo dados do IPEA. Tal realidade tem suas bases no sistema escravocrata que perdurou no Brasil por trezentos anos, o tornando o último país do mundo a abolir a escravidão.

A demora no processo de abolição foi agravada pelo fato de esta ter sido feita de forma incompleta, isto porque os negros que foram trazidos para cá e escravizados, ao serem “libertos” não foram alvo de políticas públicas que lhes incluíssem na nova sociedade classes que se instaurara no pós-abolição, Fernandes (2008):

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objetivo prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva. (Idem, 2008, p.29)

Logo, a alforria não representou necessariamente o fim da marginalização social “mas apenas o fim do seu começo – o fim de uma fase, a escravidão, que por sua vez tinha vários estágios” (Patterson apud Silva Júnior, 2013). No Brasil pós-abolição se iniciou para o negro uma nova fase de discriminação e marginalização social, onde os estereótipos associados a ele foram mantidos e reforçados pelo racismo, que teve por muito tempo sua existência negada pelo mito da “democracia racial” apregoada por alguns intelectuais, como Gilberto Freyre, segundo o qual não existia preconceito de cor e todas as “raças” conviviam em perfeita harmonia no Brasil.

Tal mito, entretanto, foi desmistificado a partir de importantes estudos acerca das relações raciais no Brasil, com destaque aos de Florestan Fernandes², no qual foram desveladas todas as desigualdades existentes entre brancos e negros no país. Revelou-se que estes estão sempre em situação de desvantagens em relação aos brancos, apresentando os mais baixos graus de escolaridade, as maiores taxas de analfabetismo, recebendo os menores salários mesmo quando em funções iguais as dos brancos, e enfrentando as maiores dificuldades de acesso ao nível superior. Além disso, a falta de acesso a terra fez com o negro se deslocasse para as cidades e ocupassem os piores locais de moradia, situação que

² Nos anos 1950, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) patrocinou um conjunto de estudos sobre as relações raciais no Brasil, devido a imagem positiva que este tinha na época no quesito relações inter-raciais se comparado a outros países como os Estados Unidos e África do Sul. O objetivo das pesquisas era verificar o suposto caráter democrático das relações raciais no Brasil. Dentre os estudiosos envolvidos no projeto estão Florestan Fernandes, Roger Bastide, Oracy Nogueira, entre outros. Estes estudos resultaram na modificação da interpretação até então vigente acerca das relações raciais no contexto da sociedade brasileira, constatando que os grupos raciais se posicionam diferentemente no interior da ordem social e que a distribuição das posições sociais está ligada ao preconceito e à discriminação racial praticada contra os negros.

Dentre as principais obras de Florestan Fernandes sobre a questão racial no Brasil, destacam-se: A integração do negro na sociedade de classes (1964) e "O negro no mundo dos brancos" (1972).

permanecesse até os dias atuais. Tudo isso expõe, portanto, quão racista é a sociedade brasileira embora de forma mascarada e diferenciada do restante do mundo.

E é o racismo, e não somente o nosso passado ou “herança escravocrata” como atribui alguns, os responsáveis pela situação atual do negro na sociedade brasileira. Pois, embora atribuir a nosso passado escravocrata a “culpa” por essa situação tenha "um cerne de verdade", é ainda incompleto porque "esconde alguns problemas graves", como o fato de isentar "as gerações presentes de responsabilidade pela desigualdade atual" (GUIMARÃES: 2002).

As lideranças negras associam a pobreza da população negra como resultado da "falta de oportunidades, o preconceito e a discriminação racial" (GUIMARÃES: 2002), a qual perpassa principalmente o mercado de trabalho quando "valores estéticos e comportamentais", que se traduzem na noção de "boa aparência" os colocam sempre em desvantagem em relação a outros candidatos. Todos esses fatores associados são responsáveis pela exclusão dessa categoria do mercado de trabalho ou fazem com que ocupem funções de menor prestígio social, agravando a pobreza, a desigualdade e o preconceito.

Ainda segundo Guimarães (2002, p. 64) "(...) está também demonstrado que no imaginário, na ideologia e no discurso brasileiro, há uma equivalência entre preto e pobre, por um lado, e branco e rico, por outro". Segundo o autor é comum nesse país se referir a preconceito social e não racial, mascarando assim o preconceito de cor, e demonstrando "a legitimidade que adquiriram no Brasil o preconceito e a discriminação contra os pobres" (Idem, 2002, p.66), que advém, conforme defende os militantes negros e que o autor está de acordo, "do fato de que os pobres são negros".

São os negros, portanto, os que mais sofrem com a pobreza e conseqüentemente com a fome no país, o que faz recordar da escritora Carolina Maria de Jesus, quando em sua fala se refere a um novo tipo de escravatura, a da “fome”, que ela, mulher, negra e moradora da “favela” teve que enfrentar diariamente, em suas palavras "e assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual — a fome!" (JESUS, 1960, p.29).

É necessário para que haja uma reversão desse quadro que as gerações presentes assumam a responsabilidade por essas desigualdades, que já poderiam ter sido combatidas e amenizadas, senão resolvidas, se tivessem sido tomadas medidas de reparo e inclusão, o que de fato só vem acontecendo muito recentemente através das políticas públicas de ações afirmativas.

Estas políticas, entretanto, são muitas vezes questionadas, tendo sua legitimidade posta em questão baseadas quase sempre e ainda no “mito de democracia racial” ou na legislação,

segundo a qual “todos são iguais perante a lei”, embora pareça claro “a necessidade de um Direito desigual no tratamento de seres humanos socialmente desiguais, com o objetivo de eliminar, ou pelo menos reduzir as desigualdades” (Saffiott, 1978, p. 79), já que as leis só deveriam ser iguais para todos “se todos os membros da sociedade tivessem as mesmas oportunidades, partissem das mesmas condições no processo de luta pela vida” (Idem, 1978, p. 78), o que de fato não ocorre.

Assim como a pobreza não atinge brancos e negros na mesma proporção, como reflexo do racismo e da discriminação sofrida pelos últimos, há desigualdades também nas relações de gênero, quando as mulheres são as maiores vítimas do problema, como consequência do patriarcado e machismo. Por isso a relação entre pobreza e gênero será tratada a seguir.

1.1.2 Mulher e pobre: a relação entre pobreza e gênero

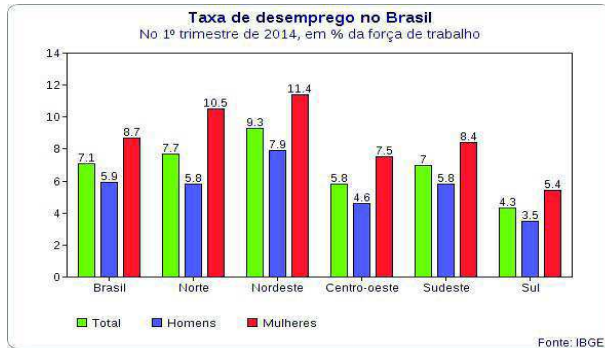
Embora a igualdade jurídica entre homens e mulheres esteja prevista desde a primeira constituição republicana de 24 de fevereiro de 1891 (§ 2.º do artigo 72), e seja reforçada pelas constituições seguintes de 1934, 1969 e 1988, não é difícil observar que as posições ocupadas por homens e mulheres não são iguais na sociedade brasileira (Saffiotti, 1978).

Ainda segundo a autora, há bem delimitado pela sociedade os campos em que podem atuar homens e mulheres. As responsabilidades ligadas ao espaço privado, doméstico e a educação dos filhos, por exemplo, são atribuídas às mulheres, mesmo que estas trabalhem fora. Aos homens, por sua vez, são atribuídas às atividades referentes ao espaço público. E, embora essa delimitação seja uma construção exclusivamente sociocultural, ela é naturalizada de forma que tais papéis aparecem como inerentes a figura do macho ou da fêmea.

Para que estas estruturas de dominação sejam modificadas, a legislação por si só não tem sido suficiente, principalmente quando se trata de uma sociedade historicamente patriarcal, como é o caso da brasileira, cujos valores e ações são perpetuados visando à legitimação da autoridade masculina e de sua suposta superioridade (Idem, 1978).

Com isso, as desigualdades entre homens e mulheres permanecem presentes, refletidas nos mais diversos âmbitos da vida. No mercado de trabalho, o desemprego é maior entre as

mulheres em todas as regiões do país, segundo dados do PNAD-IBGE (2014), como é possível observar no gráfico abaixo:



Fonte: PNAD-IBGE, 2014.

Ainda segundo o IBGE, em sua Síntese de Indicadores Sociais de 2012, são as mulheres que estão submetidas em maior número aos empregos informais, com participação de (45,2%), em relação aos homens (43,2%). Em estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sobre as diferenças salariais ligadas a etnia e gênero na América Latina, cujo relatório é intitulado "Novo século, velhas desigualdades: diferenças salariais de gênero e etnia na América Latina" constatou-se que os homens ganham 10% a mais que as mulheres. Quando se compara homens e mulheres com a mesma idade e nível de instrução, essa diferença sobe para 17%. No caso brasileiro a diferença é ainda maior, os homens ganham aproximadamente 30% a mais que as mulheres de mesma idade e nível de instrução, quase o dobro da média da região (17,2%).

Não é, portanto, difícil de entender o porquê de serem as mulheres as mais atingidas pela pobreza, e de serem as famílias chefiadas por mulheres também as que possuem maior probabilidade de se encontrarem nessa situação. Jesse Souza (2009) ao se referir as famílias das classes mais baixas, destaca:

Grande parte dessas famílias são (...) encabeçadas pela figura feminina da mãe, na medida em que os homens, muito frequentemente, trocam de parceiras facilmente e abandonam os filhos à própria sorte. Em número considerável, esses homens possuem a experiência da humilhação cotidiana como um fardo percebido como própria culpa — a ideologia dominante da “meritocracia” é especialmente influente na “ralé” —, e muitos deles se afundam no alcoolismo como forma de esquecer um cotidiano brutal e hostil. Ainda que os homens sejam “ausentes” — sempre em medida comparativa em relação à classe média —, o “machismo”, ou “sexismo”,

uma realidade marcante em todas as classes no Brasil, é especialmente virulento nas classes baixas e na “ralé”. (Souza, 2009, p.411)

O machismo perpassa, portanto, todas as classes sociais, mas age com maior intensidade nas classes mais baixas. Saffioti (1978) ressalta que a depender da classe social, determinados sofrimentos podem ser amenizados ou intensificados, assim, segundo a autora, “embora haja muito em comum na vida de todas as mulheres, os efeitos do machismo são intensificados quando se trata de uma mulher pobre”. Estas dependem, na maior parte dos casos, financeiramente de seus parceiros, o que as colocam em situação de maior dependência.

Esses relacionamentos se inserem na dinâmica das vulnerabilidades que afetam, por exemplo, mulheres beneficiárias de programas sociais, como o Bolsa Família. Isso pode ser vivenciado ao ter contato como bolsista no projeto de pesquisa “E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família – Redenção/CE” com o Centro de Referência da Mulher (CRM), localizado na cidade de Redenção/CE, que atende mulheres vítimas de violências e no qual se pode constatar que grande parte dessas vítimas eram mulheres beneficiárias do PBF.

Tão importante quanto atentar para o recorte de gênero em relação à pobreza é evidenciar os diferentes contextos onde ela ocorre, por essa razão, a seguir o rural e o urbano serão objetos de análise.

1.1.3 Onde mora a pobreza?

A pobreza não tem um lugar específico para morar, e não se apresenta da mesma forma em todos os lugares. No entanto, não é possível nem adequado dizer que em um determinado lugar a pobreza é pior do que em outro, ela apenas se apresenta, em alguns casos, de forma diferente a depender do espaço, região ou país.

A pobreza pode habitar tanto áreas rurais quanto urbanas. No primeiro caso se reflete, sobretudo, na dificuldade de acesso aos serviços básicos de saúde e educação, quando se faz necessário em muitos casos o deslocamento até os centros urbanos para conseguir desfrutar desses serviços.

A quase ausência de trabalho formal nessas áreas é, sem dúvida alguma, um dos problemas fundamentais enfrentados por essas populações, e umas das principais razões pelas

quais estas possam se encontrar na situação de pobreza. Sabe-se que nas áreas rurais o trabalho é praticamente o agrícola, este, por sua vez, depende do acesso a terra, de condições climáticas e de investimentos, mesmo que pequenos, em insumos. Na falta de qualquer um desses condicionantes, a família pode enfrentar situação de vulnerabilidade social, eis a insegurança que a ausência de uma renda fixa pode causar.

Já os pobres urbanos habitam em sua grande maioria os chamados “bairros informais” “bairros populares” “favelas” ou ainda os “Quartos de Despejo” como denominou Carolina Maria de Jesus³, se referindo as “favelas” como o lugar onde se “jogam os lixos”, vejamos:

Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na
sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes
de viludos almofadas de sitim.
E quando estou na favela tenho noção de estar num quarto de despejo.
(JESUS, 1960, p. 37)

E ainda:

O Palácio é a sala de visita.
A Prefeitura é a sala de jantar e a
cidade é o jardim. E a favela é o
quintal onde jogam os lixos.
(JESUS, 1960 p.28)

Carolina expõe através de sua obra, as privações e os sofrimentos a que ela e os moradores das favelas estavam submetidos, em suas palavras:

Os favelados comem quando arranjam o que comer.
Duro é o pão que nós comemos.
Dura é a cama que dormimos.
Dura é a vida do favelado.
Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. (JESUS,
1960, p.42)

³ Carolina Maria de Jesus foi uma escritora brasileira, nascida em 14 de março de 1914 em Minas Gerais, e que ainda jovem, aos 23 anos mudou-se para São Paulo e instalou-se na favela. Diariamente catava papel para sobreviver, ao encontrar cadernos, guardava-os para escrever sobre seu dia-a-dia de moradora da favela e de todos os fatos políticos e sociais ao seu redor. Em 1958 é descoberta pelo jornalista Audálio Dantas, e tem seu primeiro livro “Quarto de despejo” publicado em 1960. Carolina é autora ainda de mais três livros publicados: “Pedaços da fome” em 1963, “Provérbios” em 1963 e “Diário de Bitita” em 1982. Morreu em 13 de fevereiro de 1977, em São Paulo.

Da favela de Carolina na década de 50 à favela dos dias atuais, ocorreram algumas mudanças. Em alguns casos as condições de vida dos moradores desses bairros melhoraram, suas rendas aumentaram e as condições de infraestrutura, embora ainda precárias, também passaram por transformações, o que é natural diante das próprias mudanças que o país enfrentou. No entanto, ainda há diversos meios de privações a que estão submetidos os moradores das favelas, tanto em decorrência da ausência do Estado ao longo do tempo quanto de sua presença na forma como tem se dado na atualidade.

Sua ausência possibilitou que outras formas de poder ocupassem esses bairros, como é o caso do Narcotráfico e das Milícias. Sua presença, por outro lado, tem se dado principalmente através da atuação dos Órgãos de Segurança Pública, legitimados pela associação que se fez entre criminalidade e favela, como ressalta Martins (2007):

A representação da favela como território da criminalidade legitima a atuação dos órgãos de segurança pública no sentido de promover uma verdadeira guerra contra as favelas – e não simplesmente contra as quadrilhas de traficantes ali sediadas –, a qual se caracteriza pela brutalidade e abuso de poder da polícia representando em desrespeito sistemático aos direitos daquela população. Não é rara a incursão de policiais nas casas dos habitantes de favela sem autorização judicial, a qualquer hora do dia, sob o pretexto de busca de bandidos fugitivos. Estes, por sua vez, ameaçam de morte os moradores que lhes recusarem abrigo. O artigo da Constituição Federal que determina que “a casa é abrigo inviolável do indivíduo” é flagrantemente violado a todo instante. (Idem, 2007, p.65)

Essa representação da favela como o lugar do crime ocasiona, segundo a autora, “efeitos nefastos sobre a população favelada”, como a privação de direitos básicos da cidadania, como o direito a própria vida e o “favelado se torna reféns das regras do tráfico, preferindo assumir uma posição silenciosa e passiva frente à violência” (Idem, 2007, p.66)

Além disso, os moradores são ainda rotulados de bandidos em potencial, e sofrem com a ação policial que é muitas vezes expressa através da violência. Esta, por sua vez, tem sido cada vez mais banalizada e constante. As vítimas são em sua grande maioria negros, e isso levou Carolina Maria de Jesus a se questionar na década de 50, (questionamento que permanece cada vez mais atual), se de fato teria acabado a escravidão, em suas palavras “quem sabe se o guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata?” (Jesus, 1960, p. 96). Os moradores das favelas eram na década de 60 e continuam sendo até os dias atuais representados e tratados como marginais:

“... nós somos pobres, viemos para as margens do rio.
As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais.
Gente da favela é considerado marginais.”
(JESUS, 1960, p. 55)

Portanto, embora tenham ocorridos transformações significativas na vida das populações residentes em favelas e nas próprias favelas ao longo das décadas, seus moradores ainda vivem em situação de grande vulnerabilidade social, seja pelo “medo, insegurança, truculência da polícia, omissão do Estado, submissão às arbitrariedades do tráfico, rotulação de potenciais criminosos”, seja “pelo cerceamento da liberdade de expressão e da liberdade de ir e vir” (Martins, 2007, p.69 e 70).

Há, portanto, que se repensar a maneira com que o Estado tem agido nessas comunidades, e buscar formas diferentes de se combater os problemas sociais desses bairros. Conclui-se que seja na área rural ou urbana, a pobreza implicará quase sempre no não atendimento de direitos básicos, embora de forma diferente a depender de seu contexto. Dentre esses direitos temos a alimentação e sua ausência, a fome, que será analisada no próximo capítulo.

2 “Quem inventou a fome são os que comem”: perspectivas teóricas e políticas acerca da fome.

"É duro a gente vir ao mundo e não poder nem comer..." Carolina Maria de Jesus

"O primeiro direito do homem é o de não passar fome" Josué de Castro

*Como um cachorro
é mais espesso do que uma maçã.
Como é mais espesso o sangue do cachorro
do que o próprio cachorro.
Como é mais espesso um homem
do que o sangue de um cachorro.
Como é muito mais espesso
o sangue de um homem
do que o sonho de um homem.*

*Espesso
como uma maçã é espessa.
Como uma maçã é muito mais espessa
se um homem a come
do que se um homem a vê.
Como é ainda muito mais espessa
se a fome a come.
Como é ainda muito mais espessa
se não a pode comer
a fome que a vê.
João Cabral de Melo Neto*

O direito à alimentação é o direito a ter acesso regular, permanente e livre, diretamente ou por meio de compras monetárias, a um alimento qualitativo e quantitativamente adequado e suficiente, que corresponda às tradições culturais do povo de que é originário o consumidor e que lhe assegure uma vida psíquica e física, individual e coletiva, livre de angústia, satisfatória e digna. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 10 de dezembro de 1948, artigo 25º).

O direito à alimentação é o mais básico e fundamental de todos os direitos humanos, ele representa a própria condição para a vida humana. Porém, apesar de sua importância, é

também, seguramente, o direito mais constante e mais massivamente violado em nosso planeta (Ziegler, 2012).

A fome representa a manifestação mais crítica da falta de renda (BELIK, 2006), e não é mais ocasionada pela escassez de alimentos, mas pela falta de dinheiro para comprá-lo. Segundo Sen (2010, p.211) “uma pessoa pode ser forçada a passar fome mesmo havendo abundância de alimentos ao seu redor se ela perder seu potencial para comprar alimentos no mercado, devido à perda de renda”.

Atualmente esta é uma das maiores causas de mortes no mundo. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a cada 5 segundos uma criança de menos de 10 anos morre de fome, 56 mil pessoas morrem de fome por dia e só no ano de 2012, 18,2 milhões morreram de fome ou de suas consequências imediatas.

A morte causada pela fome não pode, segundo Ziegler (2012), ser considerada uma fatalidade, mas sim um assassinato. Isso porque segundo o autor, o planeta possui atualmente condições de alimentar mais da metade da população existente, e se não o faz, portanto, é devido a decisões políticas e econômicas, como já haviam denunciado Carolina Maria de Jesus e Josué de Castro⁴ ao declararem, respectivamente, que “quem inventou a fome são os que comem” e “a fome e a guerra não obedecem a qualquer lei natural, são, na realidade, criações humanas”.

Quando falamos em fome podemos diferenciá-la, segundo a ONU, em dois de tipos: fome estrutural e fome conjuntural, Ziegler (2012):

A fome estrutural é própria das estruturas de produção insuficientemente desenvolvidas dos países do Sul. Ela é permanente, pouco espetacular e se reproduz

⁴ Josué de Castro nasceu em Recife, em 1908. Formou-se em Medicina pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, em 1929 e foi Livre-docente de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife, 1932; Professor Catedrático de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, 1933 a 1935; Professor Catedrático de Antropologia da Universidade do Distrito Federal, 1935 a 1938; Professor Catedrático de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, 1940 a 1964. Professor Honoris-Causa da Universidade de Santo Domingos, República Dominicana, 1945; da Universidade de San Marcos, Lima, 1950; da Universidade de Engenharia, Lirna, 1965. Realizou estudos sobre as Condições de Vida das Classes Operárias do Recife (primeiro inquérito desta natureza levado a efeito no país), 1933. Presidiu o Conselho da Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), 1952 e 1956. Recebeu o "Prêmio Roosevelt" da Academia de Ciências Políticas dos EUA, 1952 e em 1954 o "Prêmio Internacional da Paz". Foi também Presidente eleito do Comitê Governamental da Campanha de Luta Contra a Fome da ONU em 1960, e Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco de 1954 a 1962. Foi Embaixador do Brasil na ONU, em Genebra de 1962 a 1964 e faleceu em Paris em 24 de setembro de 1973, onde estava exilado em decorrência do Golpe Militar de 64.

biologicamente: a cada ano, milhões de mães subalimentadas dão à luz milhões de crianças deficientes. [...]

A fome conjuntural, em troca, é altamente visível. Irrompe periodicamente nas telas da televisão. Ela se produz quando, repentinamente, uma catástrofe natural, gafanhotos, uma seca, inundações ou uma guerra assolam uma região [...].

(Ziegler, 2012, p. 24)

Apesar de a mídia retratar com maior enfoque e importância somente a fome conjuntural, e a fome estrutural, por sua vez, permanecer muitas vezes ignorada, ela é tão grave quanto à primeira.

Os danos causados pela falta de alimentação são muitas vezes irreversíveis, principalmente nas crianças. Estas, se não receberem uma alimentação adequada entre zero e cinco anos, período em que se formam os neurônios no ser humano, ficarão lesionadas por toda a vida. Além disso, a falta de alimentação adequada prejudica o crescimento e dificulta a aprendizagem.

Nos adultos representa “um obstáculo ao desenvolvimento da autonomia individual” (Rego; Pinzani, 2013, p.172), não possibilitando uma “vida saudável (física e mentalmente)” e tornando “os indivíduos mais sujeito as doenças” e diminuindo “sua capacidade (física e mental) de trabalho, condenando-os ainda mais à miséria”, como reforça Josué de Castro:

“Não é somente agindo sobre o corpo (...) que a fome aniquila a vida (...), mas também atuando sobre o seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta social. Nenhuma calamidade é capaz de desagregar tão profundamente e num sentido tão nocivo a personalidade humana como a fome quando alcança os limites da verdadeira inanição.” (CASTRO, 1984, p.193-4,)

A fome, portanto, produz consequências não apenas físicas, mas emocionais, segundo Carolina Maria de Jesus “[...] é preciso conhecer a fome para saber descrevê-la [...]” (1960, p. 26). A seguir será visto as principais concepções sobre o tema na literatura mundial, passando de uma visão “naturalista” que perdurou por séculos e que teve entre seus maiores defensores o economista Thomas Malthus⁵, até a “quebra de tabu” que se deu por volta dos anos 50 com destaque para a obra e militância de Josué de Castro, nutricionista brasileiro.

⁵ Thomas Robert Malthus nasceu em 1766 na Inglaterra e pertenceu à média aristocracia rural. Foi tutorado pelo pai, Daniel Malthus, amigo íntimo de David Hume (1711-1776) e Jean-Jaques Rousseau (1712-1778).

2.1 Fome: da naturalização à denuncia

Como visto anteriormente, a fome mata atualmente mais que qualquer outra causa, mas mesmo diante de sua gravidade continua sendo até certo ponto negligenciada. Na literatura mundial foi durante muito tempo apresentada como “natural”, ou ainda, silenciada. Josué de Castro, em seu prefácio de “Geografia da Fome”, da década de 50, já refletia sobre tal “silêncio” e afirmou que a questão da fome é um tema “perigoso” e que o pouco material produzido sobre o tema não é mero desinteresse da ciência, é na verdade um “tabu” específico, o da fome. E conclui que se trata de “uma realidade demasiado gritante e extensa, para ser tapada com uma peneira aos olhos do mundo”, denunciando que um problema tão grave não poderia continuar sendo posto de lado, ocultado ou ainda naturalizado (Ziegler, 2012).

Ao procurarmos a raiz da concepção naturalista do problema, encontraremos em Thomas Malthus, economista inglês, seu principal defensor. Para Malthus a fome seria um "mal" natural, inevitável, necessário e determinado por "Deus" (Ziegler, 2012). Acreditava que o principal problema de seu tempo seria a população e sua subsistência, sendo que "a população e o alimento" correriam “sempre um atrás do outro”, e, que “tendência comum, constante, de todos os seres vivos é a que leva os homens a aumentar sua espécie mais além dos recursos alimentares de que podem dispor” (Malthus apud Ziegler, 2012, p.78).

Esse dilema entre população e capacidade de produzir alimentos permeou sua principal obra denominada "Ensaio sobre o princípio da população" que foi lançada no ano de 1788, e inspirada no trabalho de Condorcet, matemático e pensador iluminista francês, o pioneiro nessa análise entre “crescimento populacional” e “diminuição da felicidade” (Sen, 2010).

Em suas análises defendia que se não fossem tomadas nenhuma medida para deter a explosão demográfica, haveriam freios "naturais", que seriam de dois tipos: os “positivos”: "miséria, fome, morte e guerra" e o “preventivo” que seria o adiamento do casamento para uma época mais "propícia" (Galvêas, 1996). Ziegler (2012) salienta que:

"À medida que Malthus avança na redação da sua obra, o pobre se converte no seu pior inimigo, "as leis sociais são repugnantes [...] Elas permitem aos pobres terem filhos [...]". “É preciso que ele [o pobre] saiba que as leis da natureza, que são as leis de Deus, condenaram-no a sofrer, ele e sua família." E enfim, ‘Os impostos paroquiais esmagam-no [ao pobre]? Pior para ele. ’" (Ziegler, 2012, p.80).

É importante considerar como a chamada “Leis dos Pobres”⁶ ou “Poor Laws” eram vistas por Malthus:

Quanto às “Leis dos Pobres”, Malthus não nutria por elas nenhum apreço. (...) entendia que traziam mais malefícios do que benefícios, [...] que estimulavam casamentos entre pessoas que não estavam preparadas para a constituição de famílias. Essas pessoas não teriam muita preocupação com a possibilidade de sofrer períodos de miséria, por contarem como certo o auxílio recebido da paróquia. [...] Malthus não considerou, também, de nenhum proveito, quer para o indivíduo, quer para a sociedade, o auxílio monetário dado por um rico a um pobre (...) porque se um homem pobre recebesse alguma quantia sem nenhum esforço, poderia se considerar mais rico e, daí, trabalhar menos. (...) Enfim, os ricos não poderiam fazer nada de concreto para melhorar a situação dos pobres. Somente estes, mais uma vez podemos inferir, poderiam agir em seu próprio benefício (diminuindo o ritmo de crescimento de seu número). Um pobre que se casasse sem estar preparado para sustentar sua família poderia ser considerado inimigo de todos os trabalhadores. (Galvêas, 1996, p.9)

Dessa forma, Malthus refutava qualquer intervenção do Estado e da sociedade no geral no sentido de amenizar a miséria da população, sendo assim, eximia a sociedade de qualquer responsabilidade pela situação do pobre e por conta de tal comodidade, as suas teorias tiveram imediata aceitação e difusão por toda a Europa na época, pois correspondiam aos interesses das classes dirigentes.

Desde então a fome se tornou um "tabu" que só seria quebrado após a segunda guerra mundial. Josué de Castro influenciou mais do que qualquer outro o "despertar da consciência" (Ziegler, 2012). Em 1946 publicou “Geografia da Fome”, o livro possuía um tom de “denúncia”, e ganhou visibilidade internacional, assim como Josué, que se tornou referência mundial na luta contra a fome, como salienta Ziegler (2012):

[...] através de sua obra científica, de sua visão profética e de sua ação militante, ele marcou profundamente sua época. Derrotou a lei da necessidade. Demonstrou que a fome derivava de políticas conduzidas pelos homens e que ela poderia ser vencida, eliminada, pelos homens. (Idem, 2012, p.84-85)

⁶ A Poor Law ou Lei dos Pobres foi promulgada em 19 de Dezembro de 1601, pela Rainha Isabel I, assentava em quatro princípios: Obrigação do socorro aos necessitados; assistência pelo trabalho; taxa cobrada para o Socorro dos Pobres (por tax); a responsabilidade das paróquias pela assistência.

Josué contestava fervorosamente os neomalthusianos, e na obra “O Livro Negro da Fome”, Castro define a teoria de T. Robert Malthus como ‘a bíblia política dos ricos, dos egoístas e dos sensuais’ (Neto; Resende, 2008). Apontava ainda que os ideais e os conceitos malthusianos não tinham fundamentação científica e que se tratava de uma teoria preconceituosa e elitista, que além de tudo responsabilizava a própria vítima por sua situação, vejamos:

“Os neomalthusianos, ao afirmarem que o mundo vive faminto e está condenado a perecer numa epidemia total de fome porque os homens não controlam de maneira adequada os nascimentos de novos seres humanos, não fazem mais do que atribuir a culpa da fome aos próprios famintos. (Castro, 1957, p.66-67)

E ainda:

Querer justificar a fome do mundo como um fenômeno natural e inevitável não passa de uma técnica de mistificação para ocultar as suas verdadeiras causas que foram, no passado, o tipo de exploração colonial imposto à maioria dos povos do mundo, e, no presente, o neocolonialismo econômico a que estão submetidos os países de economia primária, dependentes, subdesenvolvidos, que são também países de fome. (Castro, 2003, p. 51)

Josué defendia que a fome e o subdesenvolvimento eram fenômenos intimamente relacionados. Segundo ele “a fome não é mais do que uma expressão – a mais trágica expressão do subdesenvolvimento” (1960 a, p.305). E para ele o combate à fome perpassa o combate às desigualdades sociais.

É necessário, pois, estar atento a determinados argumentos que culpabilizam as vítimas e/ou que naturalizam as desigualdades, a fome, a pobreza. Estes nada mais fazem do que ocultar as causas dos problemas e dessa forma impedem que eles sejam resolvidos em sua profundidade.

As obras de ambos os autores, Malthus e Castro, continuam a permear as discussões a respeito do problema da fome, e algumas das ideias de Malthus, infelizmente, “tem vida longa” (Ziegler, 2012) e podem ser observadas costumeiramente nos discursos de senso comum sobre os pobres, a pobreza, a fome e os programas de combate à mesma. Mas como já dito anteriormente, é compreensível que tais ideias tenham tanta força já que são muito

cômodas por isentarem a população da responsabilidade sobre o outro e atribuírem às próprias vítimas a culpa por se encontrarem em tal situação.

Já as ideias de Josué de Castro, felizmente, também deixaram rastros, estes bem mais positivos, sobretudo, a noção de que a fome como criação do homem pode também ser desfeita por ele, sendo para isso necessário decisões políticas. A seguir veremos que decisões têm sido tomadas para combater tais problemas.

2.2 Combatendo a pobreza e a fome: programas de transferências de renda.

A constituição de 1988 representa um avanço importante, embora tardio e com suas limitações, na criação de um “espaço jurídico para o desenvolvimento de políticas de direitos no país” (Rego; Pinzani, 2013, p.161). Nela, aparecem como objetivos fundamentais da República do Brasil, a garantia do “exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”, “à dignidade da pessoa humana”, a construção de “uma sociedade livre, justa e solidária” assim como a “erradicação da pobreza” prevista em seu artigo 3º, parágrafo III:

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - Garantir o desenvolvimento nacional;

III - Erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

(Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, Artigo 3º.)

Dessa forma, estando explícita a meta de erradicar a pobreza e não tendo a expansão da economia de mercado sido capaz de atingi-la, torna-se legítimo que o estado aja, através de políticas sociais visando esse objetivo. Já que “como demonstra a história, nenhum direito escrito nas constituições será respeitado sem ação coletiva e sem lutas para conquistar os recursos que permitem respeitar e efetivar o que está no papel (Idem, 2013, p.161)”.

No que diz respeito ao problema da pobreza, podemos concluir que sem ações efetivas de combate a mesma será impensável sua erradicação. Nesse sentido tornam-se essenciais a elaboração e implantação de políticas públicas para que se possam alcançar tais objetivos, estas, por sua vez, podem ser definidas como:

[...] ações que visam garantir o acesso efetivo da população aos direitos constitucionais que, muitas vezes, são exercidos apenas pelos cidadãos que dispõem de mais recursos. Uma política pública deve ser pensada a partir do diagnóstico dos problemas que demandam intervenção governamental. O diagnóstico representa uma leitura da realidade, ou seja, a compreensão e a sistematização dos problemas e necessidades das famílias, assim como o conhecimento de suas características culturais e socioeconômicas. (Rua apud Alves; Mesquita, 2009, p.2)

Ou seja, as políticas públicas visam garantir que um direito previsto pela constituição seja de fato posto em prática. No combate à fome e à pobreza, uma das alternativas tem sido o desenvolvimento de programas de transferências de renda, estes são classificados de duas formas: Programa de Transferência Incondicional de Renda (TCM) e Programa de Transferência Condicional de Renda (TMC).

A diferença entre os dois tipos se dá a partir da noção de “condicionalidades”, pois enquanto o primeiro transfere renda sem impor contrapartidas de seus beneficiários, o segundo exige que sejam cumpridas algumas condicionalidades para a permanência no programa. Portanto, no caso da segunda, não se trata simplesmente de uma assistência social, mas sim de parte de um contrato social mediante o qual a sociedade (através do estado) apoia as famílias pobres que estão “dispostas” a fazer um esforço para “melhorar suas vidas” (Banco Mundial, 2009).

Para este estudo focaremos nos programas de transferência condicional de renda, que, segundo o Banco Mundial⁷ podem ser definidos da seguinte forma:

As transferências condicionais de renda são programas que transferem dinheiro, geralmente a famílias pobres, com a condição de que estas efetuem investimentos especificados de antemão, no capital humano dos filhos. As condições de saúde e nutrição requerem geralmente controles periódicos, controle do crescimento e das vacinas; a atenção pré-natal para as mães e suas assistências periódicas de informação sobre a saúde. As condições de educação usualmente incluem a matrícula escolar, a presença na escola entre 80 e 85% dos dias letivos [...]. A maioria dos programas de (TMC) transferem dinheiro à mãe de família ou, em algumas circunstâncias, ao estudante. (Banco Mundial, 2009, p.1)

⁷ Banco Mundial é uma instituição financeira internacional, cuja sede está localizada em Washington, nos Estados Unidos, e que fornece empréstimos para países em desenvolvimento.

São necessários para a implantação do programa a definição dos critérios de elegibilidade dos beneficiários, quais serão os meios para o pagamento dos benefícios às famílias, assim como mecanismos de controle que possam acompanhar o cumprimento ou não das condicionalidades impostas e métodos de avaliação de seus resultados de forma que se identifique se os objetivos do programa estão sendo alcançados (Banco Mundial, 2009).

Os programas de transferência condicional de renda estão atualmente presentes em diversos países do mundo, como demonstra o quadro a seguir:

Programas de países (por regiones)

<i>África subsahariana</i>		<i>América Latina y el Caribe</i>	
Burkina Faso	Orphans and Vulnerable Children	Argentina	Programa Familias
Kenia	Cash Transfer for Orphans and Vulnerable Children	Bolivia	Juancito Pinto
Nigeria	Care of the Poor	Brasil	Bolsa Alimentação; Bolsa Escola; Bolsa Família; Programa de Eradicação do Trabalho Infantil
<i>Asia oriental y Pacífico</i>		Chile	Chile Solidario; Subsidio Unitario Familiar
Camboya	Cambodia Education Sector Support Project; Japan Fund for Poverty Reduction Girls Scholarship Program	Colombia	Familias en Acción; Subsidio Condicionado a la Asistencia Escolar-Bogotá
Indonesia	Jaring Pengamanan Sosial; Program Keluarga Harapan	República Dominicana	Solidaridad; Tarjeta de Asistencia Escolar
Filipinas	Pantawid Pamilyang Pilipino Program	Ecuador	Bono de Desarrollo Humano
<i>Europa y Asia central</i>		El Salvador	Red Solidaria
Turquia	Social Risk Mitigation Project	Guatemala	Mi Familia Progresá
<i>Medio Oriente y África septentrional</i>		Honduras	Programa de Asignación Familiar
Yemen, República de	Basic Education Development Project	Jamaica	Program of Advancement through Health and Education
<i>Asia meridional</i>		México	Oportunidades (formerly Progresá)
Bangladesh	Female Secondary School Assistance Program; Primary Education Stipend Program; Reaching Out-of-School Children	Nicaragua	Atención a Crisis; Red de Protección Social
India	Apni Beti Apna Dhan	Panamá	Red de Oportunidades
Pakistán	Child Support Program; Participation in Education through Innovative Scheme for the Excluded Vulnerable; Punjab Education Sector Reform Program/ Punjab Female School Stipend Program	Paraguay	Tekoporá/Propais II
		Perú	Juntos

(Quadro 1, fonte: Banco Mundial, 2009)

Há, entre esses programas, variações quanto ao público alvo, o valor dos benefícios e condicionalidades impostas. Em alguns casos os programas são de nível nacional, já em outros atuam em regiões específicas. Alguns exigem condicionalidades nas áreas de saúde e educação, em outros casos, somente na educação. Mesmo no que se refere à educação, existem diferenças, enquanto alguns programas exigem entre 80 e 85% da frequência escolar, outros, como por exemplo, o de Bangladesh, exige apenas 75%. Há também os que exigem

medidas de desempenho dos estudantes, como é o caso dos programas de Camboya, Turquia e Nicaragua (Banco Mundial, 2009).

No quadro abaixo, focado na América Latina e Central, há alguns exemplos desses programas e algumas informações a seu respeito, vejamos:

PAÍS	ANO	PROGRAMA	INFORMAÇÕES GERAIS
Argentina	2002	Programa Jefes de Hogar	Desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e Segurança social com o objetivo de incluir os chefes das famílias afetados pela crise no mercado de trabalho. O programa fornece \$ 150 (cento e cinquenta pesos argentinos) por mês para o chefe da família e exige como contrapartida um mínimo de 4 horas de trabalho em cada dia útil. (MINISTERIO DE TRABAJO, EMPLEO Y SEGURIDAD SOCIAL)
Chile	2002	Chile Solidário	Sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, o programa busca oferecer assistência social e subsídios mensais para as mulheres chefes das famílias em situação de miséria. Os beneficiários recebem os subsídios desse programa por um período determinado, durante o qual, são acompanhadas por assistentes sociais que os apoiam a melhorar suas condições de vida e superarem a pobreza. (PROGRAMA CHILE SOLIDÁRIO)
Colômbia	2001	Familias en Acción	O programa fornece subsídios financeiros para educação e nutrição para crianças menores de 18 anos e para famílias e grupos indígenas em situação de pobreza extrema. (PROGRAMA ACCIÓN SOCIAL)
Equador	2003	Bono de Desarrollo Humano	Sob a responsabilidade do Ministério de Inclusão Econômica e Social, o programa transfere valores monetários para famílias em situação de pobreza que tenham crianças. Nesse programa há também transferências de subsídios não condicionados para idosos e pessoas com problemas de saúde de famílias pobres. (PROGRAMA DE PROTECCIÓN SOCIAL)
El Salvador	2005	Red Solidária	É um programa de proteção social que fornece subsídios mensais para as mulheres chefes de família em situação de extrema pobreza, exigindo contrapartidas de frequência escolar e visitas regulares ao sistema de saúde das crianças. (PROGRAMA RED SOLIDÁRIA)
Guatemala	2008	Mi Familia Progresa	É um Programa de Transferência Condicional de Renda (TMC) que prevê o pagamento em dinheiro para mães pobres, e tem como condicionalidades o a permanência de seus filhos na

			escola e fazerem acompanhamentos na área da saúde.
Honduras	1990	Programa de Asignación Familiar – PRAF	O programa tem como foco o desenvolvimento do capital humano das famílias hondurenhas em situação de pobreza. Concebido inicialmente para compensar as famílias atingidas pelo ajuste estrutural da economia dos anos noventa, o programa foi remodelado para aumentar o capital humano das crianças de famílias pobres do país.
México	1997	Progresa/Oportunidades	O programa consiste na transferência condicionada de renda às famílias extremamente pobres, exigindo contrapartidas nas áreas de saúde e educação.
Nicarágua	2000	Red de Protección Social – RPS	Um programa de transferência condicionada de renda destinado às famílias pobres e que exige como contrapartida a frequência escolar de crianças e adolescentes e visitas à centros de saúde para todos os membros das famílias beneficiadas.
Panamá	2006	Red de Oportunidades	É um programa de proteção social que inclui transferência condicionada de renda para as mulheres chefes de famílias, assistência social para as famílias beneficiadas e provisão de serviços básicos nas áreas mais pobres do país. (PNUD)
Peru	2005	Juntos	O programa consiste na transferência condicionada de renda para famílias vivendo em áreas rurais com crianças com até 14 anos de idade e; ou mulheres grávidas. Este programa disponibiliza recursos por um período determinado até as famílias conseguirem superar a situação de pobreza em que se encontravam.

(Quadro feito pela autora com dados do Banco Mundial (2009) e Marcelo Driusso (2012)).

Os dois maiores programas de transferência condicional de renda no mundo são o Programa “Bolsa Família”, no Brasil e o “Oportunidades”, no México, beneficiando treze milhões e quinhentas mil famílias (13, 5) e cinco (5) milhões de famílias, respectivamente. O Programa Bolsa Família será analisado detalhadamente no próximo capítulo.

3. BOLSA FAMÍLIA: O que é? Como funciona?

O Programa Bolsa Família é um Programa de Transferência Condicional de Renda criado em outubro de 2003 através da Medida Provisória nº 132, que depois se transformou na Lei nº 10.386/2004. É o maior TMC do mundo e beneficia mais de 13,9 milhões de famílias pobres e extremamente pobres, que corresponde a aproximadamente 50 milhões de pessoas, em sua maioria crianças de 0 a 15 anos e negros (73%).

A criação do PBF unificou os programas de transferência de renda então existentes como era o caso do Programa Bolsa Escola (PBE), vinculado à educação, Bolsa Alimentação vinculado à saúde e do Auxílio Gás. O principal objetivo dessa unificação "era eliminar ineficiências e duplicidades nas funções administrativas e atender a todos os membros da família, assim como melhorar a qualidade do gasto público nas políticas sociais" (Gabriel; et al., 2008), permitindo assim a universalização da elegibilidade ao programa para todas as famílias de baixa renda.

É importante porém destacar que o PBF não se limita a "expandir e consolidar a rede de assistência social herdada do governo FHC" (Bichir, 2010, p.119), mas representa um salto qualitativo, mais do que meramente quantitativo, em relação às políticas públicas dos governos anteriores (Rego; Pinzani, 2013) (Rocha, 2013).

O programa funciona sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ficando sob seu critério o estabelecimento de quem recebe e quanto recebe, quais serão os critérios para suspensão e corte dos benefícios, além da definição dos parâmetros operacionais. O Cadastro Único é o responsável pelo recolhimento e armazenamento das informações das famílias em situação de pobreza em todos os municípios do Brasil, à Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi) cabem às avaliações sobre o impacto do programa e à Caixa Econômica Federal (CEF) compete operar o programa, por meio do Cadastro Único, e pagar os benefícios.

Fica, portanto sob a responsabilidade do governo federal "coordenar a implantação e supervisionar a execução do Cadastro Único", o governo estadual, "por sua vez, deve apoiar tecnicamente e supervisionar os municípios para a realização do cadastro" e os "municípios devem planejar e executar o cadastramento; transmitir e acompanhar o retorno dos dados enviados à CEF; manter atualizada a base de dados do Cadastro Único e prestar apoio e informações às famílias de baixa renda sobre o cadastramento" (Bichir, 2010, p.120).

O Programa Bolsa Família beneficia famílias em situação de indigência e pobreza (renda mensal por pessoa de até R\$ 77 e R\$ 77,01 e R\$ 154). O valor do benefício varia de acordo o perfil familiar, sendo consideradas as informações sobre a renda mensal por pessoa, o número de integrantes, o total de crianças e adolescentes de até 17 anos, além da existência de gestantes (MDS, 2014). Famílias que possuem renda mensal de até R\$77 por pessoa são participantes do programa, e famílias que têm renda entre R\$77,01 e R\$154, só ingressam no programa se possuírem crianças e/ou adolescentes em idade escolar, gestantes ou nutrizas.

O programa possui os seguintes benefícios, MDS (2014):

BENEFÍCIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		
Benefício	Valor	Descrição
Benefício Básico	R\$77,00	Concedido apenas a famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa menor de até R\$ 77)
Benefício Variável de 0 a 15 anos	R\$35,00	Concedido às famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade.
Benefício Variável à Gestante	R\$32,00	Concedido às famílias que tenham gestantes em sua composição. Pagamento de nove parcelas consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês. A identificação da gravidez é realizada no Sistema Bolsa Família na Saúde. O Cadastro Único não permite identificar as gestantes.
Benefício Variável Nutriz	R\$32,00	Concedido às famílias que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição. Pagamento de seis parcelas mensais consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a

		criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida.
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente	R\$42,00	Concedido a famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos – limitado a dois benefícios por família.
Benefício para Superação da Extrema Pobreza	Varia de caso a caso.	Transferido às famílias do Programa Bolsa Família que continuem em situação de extrema pobreza (renda mensal por pessoa de até R\$ 77), mesmo após o recebimento dos outros benefícios. Ele é calculado para garantir que as famílias ultrapassem o limite de renda da extrema pobreza

(Quadro feito pela autora com dados do MDS, 2014)

É importante salientar que todos os benefícios variáveis acima descritos têm um limite máximo por família, no caso do Benefício Variável de 0 a 15 anos, Benefício Variável à Gestante e Benefício Variável Nutriz são 5 (cinco) por família e o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente são limitados a 2 (dois).

Como critério para a permanência no programa estão a manutenção das “crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola” e o cumprimento de “cuidados básicos em saúde, que é seguir o calendário de vacinação para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação” (Brasil, MDS, 2010). Tais condicionalidades acabam por representar um contrato entre as famílias beneficiárias e o Estado, de forma que para que elas acessem esses serviços o Estado deve lhes garantir a possibilidade de acesso.

Apesar da elegibilidade ao programa abranger todas as famílias que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza (indigência), há uma prioridade para os pobres extremos, estes, segundo a autora F. Vélez apud REGO, PINZANI (2013), podem ser definidos da seguinte forma:

“Os pobres extremos são as pessoas que não possuem um nível de nutrição suficiente, o qual incide em um desempenho físico e mental deficiente, que não lhes permite participar do mercado de trabalho, nem em atividades intelectuais como a educação. Além do mais, a condição de pobreza extrema praticamente impede

qualquer mobilidade social: os pobres extremos nascem e morrem, em geral, na mesma situação.” (F. Véléz apud Dieterlen, 2003, p. 27)

Ainda segundo a autora, os pobres extremos “requerem medidas imediatas para sair da marginalização e para reduzir sua fraqueza e sua vulnerabilidade”, tais medidas são imprescindíveis para que eles possam melhorar sua situação, que é agravada, dentre outros motivos, pelo sentimento de resignação, muito presente entre eles, ocasionado principalmente pelas privações e sofrimentos constantes a que estão submetidos, o que lhes tornam sem expectativa ante a vida, sem planos para o futuro já que o próprio dia de amanhã lhes é incerto. O pobre extremo poderia ser enquadrado no personagem Fabiano, de *Vidas Secas*:

"Podia mudar de sorte? Se lhe dissessem que era possível melhorar de situação, espantar-se-ia. [...] Era sina. O pai vivera assim, o avô também. Nascera com esse destino, ninguém tinha culpa de ele haver nascido com um destino ruim. Que fazer?" (Ramos, 1986a, p.96)

Há entre os pobres extremos, assim como havia no personagem Fabiano, crença no “destino ruim” que supostamente lhes foi dado, eles se responsabilizam (e são responsabilizados), muitas vezes, pela própria situação e acreditam que viver da forma em que vivem faz parte de algo que não podem mudar. Isso tudo somado a dificuldade existente em ter sonhos ou grandes ambições quando os próprios meios de subsistência lhes faltam, ou de pensar no futuro quando se tem que lutar para sobreviver no dia seguinte. Outro fator importante ressaltado pela fala de Fabiano é o “ciclo intergeracional da pobreza”, segundo o qual a pobreza é passada de geração a geração.

Já os pobres moderados, segundo a autora, diferenciam-se dos pobres extremos “por terem as capacidades, porém não as oportunidades, de participar de atividades econômicas e intelectuais”. A autora Sonia Rocha, por sua vez, define como pobres e indigentes, do ponto de vista da pobreza absoluta, da seguinte forma:

Pobres são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade. Indigentes, um subconjunto dos pobres são aqueles cuja renda é inferior à necessária para atender apenas às necessidades nutricionais. (Rocha, 2003, p.13)

Vejamos que nessa abordagem são utilizadas as chamadas “linhas de pobreza”, que podem ser entendidas como os “parâmetros que permitem, a uma sociedade específica, classificar como pobres ou indigentes todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo daqueles valores previamente estabelecidos” (Mocelin e Fialho, 2010, p. 6). No Brasil, os programas de transferência de renda adotam a linha de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo *per capita* mês.

É importante, pois, ressaltar que tanto os pobres quanto os pobres extremos necessitam de ações e políticas públicas que os ajudem a enfrentar tal problema, de forma que não apenas se aliviem algumas consequências imediatas do problema, como a fome, por exemplo, mas também possibilite o desenvolvimento social do indivíduo de forma que ele possa sair do “ciclo da pobreza” e romper com a cultura da resignação.

Nesse sentido, o PBF busca a “quebra” do ciclo da pobreza entre gerações a partir da “articulação de três dimensões” MDS (2010):

- (i) a primeira refere-se ao alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias pobres e extremamente pobres;
- (ii) a segunda está relacionada ao acesso das famílias aos direitos sociais básicos de saúde e educação, se tornando um compromisso das famílias para permanecer no Programa, as chamadas condicionalidades;
- (iii) a terceira dimensão é o apoio ao desenvolvimento das famílias, por meio de programas complementares à transferência de renda, isto é, políticas e ações desenvolvidas pelas três esferas do governo e por iniciativas da sociedade civil, de modo que os beneficiários do PBF consigam reduzir ou superar a situação de vulnerabilidade e de pobreza em que se encontram (Brasil, MDS, 2010).

Como foi visto no primeiro capítulo a pobreza pode ser abordada de diferentes formas, no que se refere a questão econômica e da “subsistência”, a transferência direta de renda garante até certo ponto que as necessidades mais vitais sejam atendidas, no que diz respeito a abordagem das necessidades básicas, as condicionalidades atuam nessa questão garantido o acesso aos serviços básicos de saúde e educação. E atuando na terceira dimensão do Programa podemos citar as ações do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), lançado em 2011 e que, conforme está descrito na página do MDS:

Agrega transferência de renda, acesso a serviços públicos, nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica, e inclusão produtiva. Com um conjunto de ações que envolvem a criação de novos programas e a ampliação de

iniciativas já existentes, em parceria com estados, municípios, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil.

Dentre as principais ações do Plano estão inclusos os incentivos à agricultura familiar, através de insumos, assistência técnica e recursos de fomentos, o Programa Água para Todos que entrega e instala cisternas no semiárido, a ampliação do acesso a creches para as crianças mais pobres, através do aumento e antecipação de transferências de recursos do Governo Federal aos municípios, a qualificação Profissional para pessoas de baixa renda e pouca escolaridade através do Pronatec Brasil Sem Miséria, a expansão do ensino em tempo integral com prioridade para as regiões mais pobres e com maior número de beneficiários do PBF, através do Programa Mais Educação, a distribuição de medicamentos para hipertensos e diabéticos, documentação, dentre outros.

3.1 Os impactos do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família tem conseguido se consolidar e aperfeiçoar nessa década de existência, e alcançado resultados positivos no combate à fome e a pobreza. O programa retirou mais de 22 milhões de pessoas da extrema pobreza desde 2003 (MDS, 2013), e é também um dos responsáveis pela recente retirada do Brasil do Mapa da Fome da ONU pela primeira vez na história do país.

É hoje referência mundial no combate à fome e a pobreza, e recebeu em outubro de 2013 o *Award for Outstanding Achievement in Social Security*, o Nobel Social, concedido pela ISSA⁸.

Estudos recentes demonstram que o programa é responsável juntamente com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) pela redução entre 15% e 20% da desigualdade de renda (Hoffmann, 2013).

No que se refere à educação, a Tese defendida na *London School of Economics* estimou efeito positivo no aumento em 4% na frequência escolar entre as crianças pobres de 7 a 15 anos quando comparado àquelas que não participavam do Programa Bolsa Família (Jannuzzi e Pinto, 2013). Pesquisas realizadas pelo IPEA revelam que entre os alunos do CadÚnico, os beneficiários do Bolsa Família têm 11% menos chances de repetir de ano que

⁸ Associação Internacional de Seguridade Social (ISSA), fundada na Suíça em 1927 e reconhecida por 157 países e 330 ONGs.

os alunos não beneficiários, e os que cumprem a condicionalidade de educação – frequência escolar acima de 85% para estudantes de 6 a 15 anos – têm 40% a menos de chances de repetência (Oliveira e Soares, 2013).

O programa também impactou de forma positiva o trabalho infantil reduzindo-o em 8,7% no campo e 2,5% nas áreas urbanas, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2013).

Estudos de Rasella et al., (2013) demonstram que o programa “tem desempenhado um papel significativo na redução da mortalidade infantil geral e por causas relacionadas com a pobreza, como desnutrição e diarreia, nos municípios brasileiros nos últimos anos” (p. 252, 2013), resultado reforçado pelo Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pela revista científica britânica *The Lancet*, segundo o qual o programa reduziu em 17% a mortalidade geral entre crianças nos municípios onde tinha alta cobertura no período entre 2004 e 2009 (MDS, 2013).

Jannuzzi e Pinto (2013) destacam a melhora no acesso aos alimentos, a redução da desnutrição, da insegurança alimentar e nutricional, o cumprimento regular do esquema de vacinação e das consultas pré e pós-natal das beneficiárias grávidas.

Silveira Neto e Azzoni (2013), por sua vez, ressaltam que o programa em questão também contribuiu para a queda da desigualdade regional, ocasionada principalmente porque segundo os autores as políticas públicas focadas em indivíduos mais pobres terminam por impactar relativamente mais na renda dos estados mais pobres, mesmo linha de pensamento de Rocha (2013) segundo a qual os resultados do programa variam conforme as regiões do país:

Os impactos das transferências de renda naturalmente se diferenciam conforme as áreas do país, em função de duas razões básicas. A primeira é que a custos de vida localmente diferenciados se contrapõem as transferências pagas, cujos valores são uniformes nacionalmente. Em consequência, as transferências acabam por ter impactos mais acentuados sobre os indicadores de pobreza onde o custo de vida para os pobres é mais baixo, o que ocorre especialmente nas áreas rurais. A segunda razão dos impactos diferenciados decorre da cobertura dos programas e da importância relativa das transferências assistenciais na formação da renda das famílias. Elas reduzem mais a pobreza nas regiões mais pobres, como no Nordeste, onde o rendimento do trabalho é mais baixo e as transferências tem um papel relativamente mais importante na formação da renda das famílias. (Rocha, 2013, p.156)

A região Nordeste é, portanto a região mais impactada pelo programa (Rocha, 2013). E este tem sido importante ainda, segundo as pesquisas realizadas pela socióloga Walquíria Leão Rêgo e o filósofo Alessandro Pinzani (2013) para o processo de (re) construção e fortalecimento da cidadania, para a garantia de melhor qualidade de vida, e, sobretudo, para a promoção da autonomia individual. Para essa análise, os autores partem das perspectivas dos trabalhos de Simmel, Sen e Nussbaum que salientam a importância de bases materiais para o desenvolvimento da autonomia individual (Rego; Pinzani, 2013, p. 56).

O estudo foi realizado com mulheres beneficiárias do PBF, e a análise recai sobre várias dimensões da autonomia, aquelas relativas à família, ao trabalho, a capacidade de reagir em situações de violência assim como sobre a possibilidade de gerir sua própria vida, já que se encontram muitas vezes em situação de submissão, agravada pelo fato de serem mulheres pobres. A importância do programa se dá justamente por possibilitar a partir do recebimento de uma renda regular, um início de uma autonomia, possibilitando assim que elas possam se libertar de condições familiares de opressão e violência (Cohn, 2013). É necessário ressaltar que este processo é lento e ainda incipiente.

As mulheres são as titulares dos cartões em 93% das famílias atendidas, e isso é segundo os autores, considerado positivo pela quase totalidade delas, e por motivo evidente: elas seriam melhores gestoras da economia doméstica e por que os maridos não seriam capazes de fazer compras adequadas às necessidades familiares ou gastariam o dinheiro em bebidas (Rego; Pinzani, 2013).

Como podemos observar os impactos positivos do programa estão refletidos em diversas áreas, e tem contribuído para a redução das desigualdades tão profundas e tão antigas da sociedade brasileira como um todo, beneficiando todas as regiões do país, em especial as mais pobres, como é o caso do Nordeste.

3.2 De “pobres” a “vagabundos”: preconceito e sociedade.

Até aqui foi visto que a fome e a pobreza não são fenômenos naturais, mas resultados de decisões e ações econômicas e políticas. Ademais, tais problemas são complexos e não se solucionam sem interferência, requerem portanto, a criação e implantação de políticas públicas que visem solucioná-los ou pelo menos amenizá-los.

O programa Bolsa Família emerge então dessa necessidade. Como vimos, este programa tem se consolidado e aperfeiçoado ao longo dos anos e como consequência disso, alcançado resultados importantes. Entretanto, não há por parte da sociedade brasileira consenso acerca desse programa, ele é alvo de muitas críticas, algumas, frutos do desconhecimento e/ou da falta de informações sobre o programa, outras, um reflexo da forma como uma parcela da sociedade enxerga a pobreza e pobre.

Há críticas sobre a cobertura do programa, no qual são apontados erros de inclusão – beneficiários que possuem renda acima do limite de corte do programa, representando vazamentos do mesmo — e exclusão — pessoas que cumprem os critérios de elegibilidade do programa, mas não são beneficiadas. Entretanto, segundo a autora Bichir (2010, p.126), “cada vez mais se reconhece que o PBF é um programa bem focalizado e com cobertura de grande fôlego”. Os autores Medeiros, Soares e Britto (2007) defendem que a maioria das críticas que apontam erros de inclusão são baseadas em situações casuísticas, e não em “análises empíricas generalizáveis e sistemáticas”.

Tenta-se muitas vezes, utilizar casos isolados para desvirtuar a implantação do programa. Mas, o que se comprovou até aqui é que ele tem conseguido alcançar de forma satisfatória seu público alvo, e os erros – inevitáveis em um programa de nível nacional – e que beneficia mais de 50 milhões de pessoas, tendem a ocorrer e é necessário que os mecanismos utilizados para fiscalização e controle sejam cada vez mais aperfeiçoados com o objetivo de evitá-los e/ou corrigi-los.

Outra crítica feita ao programa é sua possível utilização político-eleitoral, para representá-la selecionei uma imagem compartilhada em uma rede social e nos blogs na internet que a representa bem, vejamos:



Figura 1, fonte: Facebook.

Imagens como a apresentada acima são comumente compartilhadas nas chamadas redes sociais. Ela nada mais é do que reflexo dos próprios discursos de senso comum,

amplamente reproduzidos, segundo o qual o BF é um programa completamente de cunho eleitoral.

São desconsideradas, dessa forma, todas as desigualdades existentes na sociedade brasileira, a forte concentração de renda, a persistência da pobreza mesmo em períodos de alto crescimento econômico e a própria constituição brasileira que estabelece o combate à pobreza como objetivo da nação assim como todos os resultados alcançados pelo programa, levando-se em consideração apenas o potencial que um programa dessa espécie e abrangência têm de angariar votos.

Desconsiderar todos os benefícios do programa assim como sua legitimidade com base apenas em críticas quanto ao seu possível uso eleitoral é um equívoco. A autora Bichir (2010, p.127) nos alerta que “devemos ter cuidado com críticas ingênuas relativas ao uso político, uma vez que qualquer programa social tem potencial de retorno eleitoral, o que não significa que essa utilização necessariamente desvirtue sua implementação”.

O que existe por trás desses discursos é a crença nos pobres como indivíduos que “não sabem votar”, “ignorantes” ou que são comprados facilmente com “bolsa esmola”, crença que pode ser comprovada por movimentos em redes sociais, e mais recentemente, por associações, como a notícia divulgada pelo jornal Estadão no dia dez de outubro de 2014, em que a ACIPGA – associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa apresentou aos candidatos a cargos do Legislativo, um documento no qual propõe a “Suspensão do direito ao voto para beneficiados de qualquer programa de transferência direta de renda, nas esferas municipal, estadual ou federal”. O documento, cujo título é “*Proposta da ACIPG – Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa para os Candidatos Locais à Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa do Paraná*” apesar de não utilizar o nome do programa, deixa explícito se referir ao mesmo.

Além disso, na imagem há referências aos pobres como vagabundos e ignorantes, o que demonstra o preconceito e o desprezo de parte da sociedade brasileira em relação aos pobres. Ademais, o pobre como não detentor de direitos, fato observado pela palavra “ajuda” associada ao programa, como se este não se constituísse um direito.

Ao longo da análise das principais críticas feitas ao programa é possível observar constantemente a associação de “pobre” ou beneficiário do PBF com “vagabundo”, mesmo que de forma dissimulada. Isso está ainda mais claro em umas das críticas mais ferrenhas feitas ao programa, aquela que diz que ele é um incentivo à inércia e que geraria um “efeito preguiça”. A imagem a seguir representa essa crítica:



Figura 2, fonte: Facebook.

Segundo esta crítica, um dos efeitos de outorgar um benefício condicionado ao fato de uma família possuir uma renda baixa é que isto pode levar à acomodação e conseqüentemente a diminuição da oferta de trabalho de seus membros (Oliveira; Soares, 2013). No entanto, segundo os autores Medeiros, Britto e Soares (2013):

“Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que pessoas que vivem em domicílios onde há beneficiários do Bolsa Família trabalham tanto ou mais que as outras pessoas com renda familiar *per capita* similar. Enquanto a taxa de participação no mercado de trabalho das pessoas em domicílios com beneficiários é de 73% para o primeiro décimo mais pobre da distribuição, 74% para o segundo e 76% para o terceiro, a mesma taxa é de 67%, 68% e 71%, respectivamente, para as pessoas que vivem em domicílios sem beneficiários. (Idem, 2013, p.15)

O que os dados mostram, portanto, é que o “ciclo da preguiça” motivado pelas transferências é uma falácia, e que esse pensamento pode ser fundamento em preconceitos, mas não se apoia em evidências empíricas (Idem, 2007, p. 15-16).

Oliveira e Soares (2013 p.341) destacam ainda que “do ponto de vista das políticas públicas, pode-se afirmar, com muito embasamento, que não existe constatação empírica que sustente a hipótese de que haveria o ‘efeito preguiça’ no caso destes programas”.

Os dados, portanto, não confirmam o “efeito preguiça”, mas o fato de parte da sociedade brasileira tanto ressaltá-lo revela a imagem que esta tem dos pobres como sujeitos que não querem trabalhar, “vagabundos” e “preguiçosos”.

O preconceito e a desinformação não cessam por ai, outra crítica comum, esta ao se referir às mulheres beneficiárias, é a de que depois do PBF além de não quererem mais trabalhar, elas “só querem fazer meninos” para aumentar o valor do benefício, vejamos:



Figura 3, fonte: Facebook.

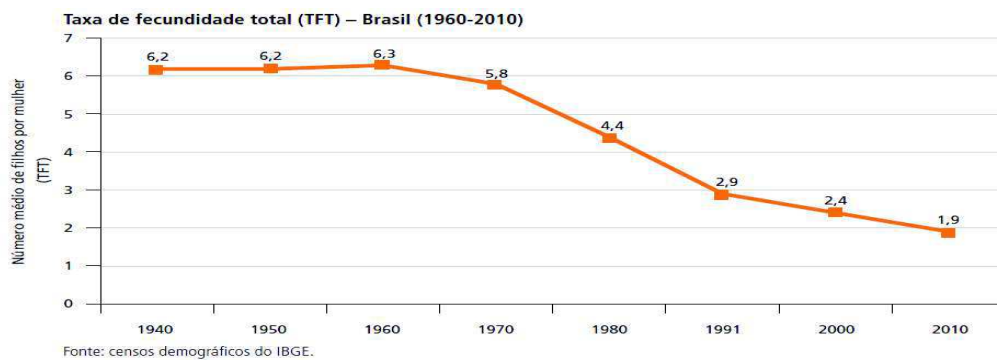
Nessa imagem há dois fatores explícitos, o primeiro diz respeito à desinformação no que se refere às condicionalidades necessárias para a permanência da família no programa, no caso a necessidade do cumprimento da frequência escolar para crianças e adolescentes em idade escolar. E, segundo, o pensamento conservador de que as mulheres pobres e beneficiárias do programa teriam mais filhos para aumentar o valor do benefício, explícito pelo número de crianças na imagem.

Essa relação entre o aumento da renda e taxa de fecundidade, no entanto, não é um debate recente. No século XVIII, o francês Marquês de Condorcet e o inglês William Godwin “consideravam que o desenvolvimento econômico, que implicaria na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, teria o efeito de reduzir não apenas as taxas de mortalidade, mas também as de fecundidade” (Alves; Cavenaghi, 2013, p.233). Thomas Malthus, no entanto, em sua obra “Ensaio sobre a população” de 1798 discorda do otimismo dos dois pensadores iluministas e defende que o crescimento da renda *per capita* provocaria uma redução da taxa de mortalidade, mas, provocaria um aumento na de fecundidade (Idem, 2013).

A história deu razão aos iluministas Condorcet e Godwin, visto que os dados internacionais apontam para a redução das taxas de fecundidade de forma conjunta com o aumento da renda, em conformidade com a teoria da transição demográfica, e que todos os países do mundo que se tornaram desenvolvidos e erradicaram a pobreza possuem baixas taxas de mortalidade e de fecundidade (Idem, 2013).

O Programa Bolsa Família, por transferir renda de acordo com a quantidade de filhos é considerado por alguns como um programa pró-natalista. Esses consideram que o programa tem ocasionado um aumento da fecundidade, na linguagem de senso comum agora as mulheres “só querem fazer menino” para viver “à custa do Bolsa Família”.

No entanto, segundo os autores Alves e Cavenaghi (2013) na prática o Programa Bolsa Família não tem provocado o aumento do número de filhos das famílias beneficiadas. Os autores citam os estudos realizados por Romero Rocha (2009) que investigou os incentivos à fecundidade dos programas condicionais de transferência de renda utilizando a metodologia econométrica e que mostrou que o PBF não tem ocasionado o aumento da fecundidade da população pobre no Brasil. O dos autores Patrícia Simões e Ricardo Soares (2011) que também não encontraram efeitos pró-natalistas no PBF assim como os de Bruna Signorini e Bernardo Queiroz (2011) que utilizaram dados das PNADs 2004 e 2006 e indicaram que não há impacto significativo do recebimento do PBF na decisão de ter filhos. Além disso, utilizam os dados dos censos demográficos do IBGE que demonstram a redução constante das taxas de natalidade desde meados da década de sessenta e que não foi interrompida com a criação do programa, vejamos:



(Fonte: Alves e Cavenaghi, 2013):

Por fim, os autores ressaltam a relação entre taxa de natalidade e condições socioeconômicas:

A fecundidade mais elevada entre a população pobre, menos escolarizada, com menor nível de consumo e piores condições habitacionais é uma realidade constatada em todas as pesquisas sobre o comportamento reprodutivo no Brasil. A literatura mostra que, em grande parte, esta maior fecundidade se deve à falta de acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, mas também acontece devido à falta de perspectivas profissionais e educacionais, assim como de um projeto de vida que possibilite o progresso cultural e material destas mulheres jovens. (Alves; Cavenaghi, 2013, p.236)

Portanto, são causas socioeconômicas as responsáveis pela maior taxa de natalidade entre a população mais pobre e não a existência ou não de programas de combate à pobreza. E conclui-se, dessa forma, que mais uma vez tais pensamentos estão mais embasados por preconceitos e opiniões ideológicas que por realidade e evidências empíricas.

Por fim, aponta-se a necessidade de “ensinar a pescar” ao invés de simplesmente “dar o peixe” como o programa supostamente faria. Fala-se da necessidade de “portas de saídas” e/ou de se estabelecer um prazo específico para que a família deixe o programa. Normalmente, estes são os que destacam a responsabilidade individual ou familiar pela situação de pobreza (Bichir, 2010). Aqueles, por sua vez, que “acreditam em causas estruturais da pobreza, ligadas às dinâmicas da economia e da sociedade mais do que a características das famílias, são totalmente contrários à ideia de porta de saída” (Idem, 2010, p.128).

Após todas as principais críticas ao programa terem sido analisadas, e constatado que ele não tem gerado nem “efeito preguiça” tampouco aumentado a natalidade, o questionamento mais importante é: de onde vem o preconceito contra o programa e consequentemente contra seus beneficiários?

Antes de buscar uma resposta a essa questão, há algo que é importante destacar – a associação feita entre ser beneficiário do PBF e ser nordestino – esta associação possivelmente advém da associação entre ser nordestino e ser pobre. O Nordeste é estigmatizado e representado como a região foco da pobreza, os nordestinos são vistos como igualmente pobres, e como os beneficiários do PBF são pobres, faz-se essa associação.

O preconceito contra o nordestino não é, contudo, o foco de análise nem o que considero estar por trás do preconceito contra o programa, mas sim o preconceito contra o pobre. Atribui-se ao nordestino assim como se atribui aos beneficiários do PBF características atribuídas inerentemente a figura do pobre. O indivíduo é pobre porque não se esforçou o suficiente, porque é preguiçoso, é ignorante, é vagabundo, essas características – preguiçoso, ignorante, vagabundo – são da mesma forma usadas para se referir a nordestinos e a beneficiários do PBF.

Portanto, pressupõe-se que o preconceito contra o programa e seus beneficiários advém do preconceito contra o próprio pobre. Isto porque há por uma parte da sociedade brasileira constante tendência a responsabilização e culpabilização da vítima, o que não é diferente em relação aos pobres, principalmente se levarmos em conta a premissa neoliberal segundo a qual cada indivíduo é responsável por sua posição socioeconômica e a ideologia

predominante no mundo moderno: a “meritocracia”, que encobre as desigualdades sociais e legitima a manutenção dos privilégios. A esse respeito, Souza (2009) nos diz que:

No mundo moderno, cuja legitimidade é baseada na liberdade e igualdade de seus membros, o poder não se manifesta abertamente como no passado. No passado, o pertencimento à família certa e à classe social certa dava a garantia, aceita como tal pelos dominados, de que os privilégios eram “justos” porque espelhavam a “superioridade natural” dos bem-nascidos. No mundo moderno, os privilégios continuam a ser transmitidos por herança familiar e de classe (...) mas sua aceitação depende de que os mesmos “apareçam”, agora, não como atributo de sangue, de herança, de algo fortuito, portanto, mas como produto “natural” do “talento” especial, como “mérito” do indivíduo privilegiado. Existiria, no mundo moderno, uma “igualdade de oportunidades” que seria a forma de conciliar as demandas de igualdade e liberdade. Os privilégios que resultam disso não seriam “desigualdades fortuitas”, como no passado com a dominância do status de sangue, mas “desigualdades justas” porque decorrentes do esforço e desempenho diferencial do indivíduo. (Souza, 2009, p. 43)

Segundo o autor, para que esta ideologia funcione é necessário separar o indivíduo da sociedade, de forma que “toda determinação social que constrói indivíduos fadados ao sucesso ou ao fracasso” seja “cuidadosamente silenciada”. Isso permite que a pobreza não seja, portanto, vista como resultado de um arranjo político, econômico e social de determinada sociedade, mas como consequência da falta de esforço e mérito individual. Os pobres são, portanto, aqueles que não se esforçaram o suficiente, são “preguiçosos” e por isso, os responsáveis por se encontrarem na situação de pobreza, vejamos:

O “esquecimento” do social no individual é o que permite a celebração do mérito individual, que em última análise justifica e legitima todo tipo de privilégio em condições modernas. É esse mesmo “esquecimento”, por outro lado, que permite atribuir “culpa” individual àqueles “azarados” que nasceram em famílias erradas, as quais só reproduzem, em sua imensa maioria, a própria precariedade. Como, no entanto, o social, também nesse caso, é desvinculado do individual, o indivíduo fracassado não é discriminado e humilhado cotidianamente como mero “azarado”, mas como alguém que, por preguiça, inépcia ou maldade, por “culpa”, portanto, “escolheu” o fracasso. (Souza, 2009, p. 44)

Atribui-se ao pobre a responsabilidade por sua situação, “como eles tivessem escolhido ser pobres, nascer em uma família pobre, bairro pobre, área rural pobre, enfim, em um país pobre ou que não cuida deles” (Rego; Pinzani, 2013, p.35). A ideologia meritocrática é, no entanto, incorporada por todos, o que faz com que, no caso dos pobres, estes se sintam realmente culpados por sua situação e acreditem que de fato possuem algum tipo de inferioridade em relação aos demais que lhes fez fracassar. A imagem negativa que a sociedade (ou parte dela) constrói do pobre é interiorizada por ele (Idem, 2013), vejamos:

"As pessoas humilhadas pela sociedade são levadas a pensar que merecem tal humilhação e que sua situação humilhante é a consequência de uma falta por parte delas. Interpretam sua inferioridade econômica e social como inferioridade intelectual ou volitiva e, portanto, aceitam sua condição e a consideram como o resultado de um fracasso pessoal, não de um arranjo socioeconômico determinado." (Rego; Pinzani, 2013, p.48).

Ademais, "a própria definição de si mesmo como pobre implica a autoimposição de um estigma em uma sociedade que, como salienta Nussbaum, considera a pobreza uma situação de vergonha pela qual os pobres mesmo são considerados responsáveis." (Idem, 2013, p. 49). É importante, contudo, ressaltar que ser pobre é uma condição social não uma identidade.

Ora, se a pobreza é consequência de atitudes individuais, não é, portanto, dever do Estado nem da sociedade tomar nenhuma medida de combate à mesma, cabendo somente aos próprios pobres, o esforço para sair dessa situação. Esse pensamento pode ser um dos responsáveis pelo fato de nenhuma decisão que visasse combater o problema tenha sido tomada e posta em prática durante muito tempo, fazendo com que ele consequentemente se aprofundasse e aumentasse cada vez mais, e também pela visão negativa em relação aos programas que combatem a esses problemas.

Fazer essa parte da sociedade brasileira compreender que as pessoas não são pobres por que querem, fazê-la reconhecer a existência e a relevância desses problemas, compreender que eles não se resolvem sozinhos, e por isso a necessidade de desenvolver e implantar ações e políticas públicas de combate a ele, é sem dúvidas uns dos maiores desafios encontrados atualmente no que se refere ao debate político e ideológico em torno do assunto. Segundo Rocha (2013) a implantação do programa Bolsa Família passou, e acrescento, continua a passar por um “desafio ideológico” de:

“fazer a sociedade brasileira em geral entender que, (...) devido à enorme dívida social brasileira, da qual o baixo nível educacional da população é uma *proxy*, o recurso a programas de transferência de renda seria uma necessidade de política social por um período longo” (Rocha, 2013, p.100).

O Programa Bolsa Família não é nem pretende ser a solução de todos os problemas existentes em nossa sociedade. É ingênuo depositar todas as expectativas de reversão dos problemas sociais e das desigualdades históricas do país em um único programa, no entanto ele tem alcançado resultados importantes e é ainda necessário, visto que sem ele as condições de vida da maior parte da população brasileira seriam ainda mais difíceis. Os autores Rego; Pinzani (2013) afirmam que:

“(...) Podemos afirmar que um programa de transferência estatal de renda a mulheres pobres como o Bolsa Família se insere em uma ainda incipiente política pública de cidadania. O fato de ainda ser muito insuficiente como tal não nos permite ignorar suas possibilidades de se tornar uma consistente política de formação de cidadãos, se complementadas por um conjunto mais amplo de políticas que visam a esse alvo garantido na constituição de 1988. Nesse sentido, o BF começa pela preliminar de todas as prerrogativas da cidadania, porque diz respeito ao mais preliminar direito, o direito à vida.” (Rego; Pinzani, 2013, p.168)

Garantir o direito à vida ou simplesmente o direito a uma vida digna aqueles que foram sempre destituídos de tudo, deveria ser visto pela sociedade brasileira como um avanço, talvez quando compreendermos isso, tenhamos dado um grande passo para nos tornarmos uma sociedade mais justa, solidária e igualitária, enxergando a todos os seus membros igualmente como cidadãos detentores de direitos, assim como é um dos objetivos almejados em nossa Constituição Federal.

4. E agora falamos nós: beneficiário (a)s do programa bolsa família.

Após conhecer o que a literatura mundial diz a respeito de pobreza, fome e programas de combate à mesma, considero importante que aqueles que os vivenciam, sejam ouvidos (as). Sabe-se que estes sujeitos têm, por vezes, suas vozes silenciadas e sua representação outorgada á outras pessoas. Georg Simmel, em seu ensaio “O pobre”, de 1903, fala da “eliminação do pobre”, e ao dizer isso, “não se refere simplesmente à sua invisibilidade, mas ao fato de eles não possuírem voz nenhuma quando se trata de tomar decisões sobre políticas públicas que lhes concernem” (Simmel, 1939, p.64 apud Rego; Pinzani, 2013, p.27).

Ainda segundo os autores Rego e Pinzani (2013):

A pobreza é estigmatizada como uma situação humilhante que – quaisquer que sejam suas causas impõe silêncio e vergonha aos que nela se encontram. Tudo isso torna praticamente impossível aos pobres levantar sua voz, pois para tanto precisariam de um nível mínimo de autoestima que lhes é negado, de várias maneiras, pela imagem negativa mencionada e que os mesmo tendem a interiorizar. (Idem, 2013, p. 35)

Neste trabalho considerou-se de fundamental importância deixar que as pessoas falem de sua situação, e é com este objetivo – ouvi-los (as) – que este capítulo foi desenvolvido, partindo-se do pressuposto de que essa é a forma ideal para compreender a forma em que vivem e suas principais necessidades e desejos.

A pesquisa realizou-se na cidade de Redenção, que se localiza a 55 km de distância da capital do Ceará, Fortaleza. O número de habitantes, segundo o censo de 2014 era de 26.426, estando localizados em sua maioria na área urbana (15.142) e rural (11.218). Nas áreas rurais, ou nas chamadas “Serras”, a pobreza se reflete nas dificuldades de acesso a serviços básicos como coleta de lixo, saneamento, saúde e educação. Para procedimentos na área da saúde, por exemplo, é necessária a locomoção até a sede da cidade e em casos mais graves ou que são necessários procedimentos cirúrgicos, até Fortaleza.

No que se refere à educação, os estudantes têm de se deslocar até as Serras vizinhas, e nas séries mais altas, á sede. Outro fator importante é que nessas localidades há quase total ausência de emprego formal, sendo o agrícola o mais praticado, embora em períodos de seca torne-se difícil de ser executado. Na área urbana, por sua vez, a população também enfrenta problemas como a falta de saneamento básico e a má qualidade da saúde e educação.

Na cidade de Redenção o Programa Bolsa Família beneficiou no mês de agosto de 2014, 4.080 famílias, representando uma cobertura de 107,8 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 155,84 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 635.838 no mês (MDS, 2014).

No que se refere às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar com base no bimestre de novembro de 2013 demonstra que foi atingindo o percentual de 98,27% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, equivalente a 3.627 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 3.691. Em relação aos jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 85,77%, resultando em 844 jovens acompanhados de um total de 984. O acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dezembro de 2013, atingiu 90,92 %, percentual equivalente a 3.154 famílias de um total de 3.469 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município (Idem, 2014).

As entrevistas foram realizadas com mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família dentro de meu percurso como bolsista no projeto de pesquisa “E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família em Redenção/CE”. O acesso às entrevistadas se deu através do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social; CRM – Centro de Referência da Mulher, e via redes de contatos informais, por exemplo, vizinhança. As entrevistas ocorreram no mês de setembro e outubro, na área rural e urbana da cidade de Redenção.

Foram entrevistadas dez mulheres com idade entre vinte dois (22) a cinquenta e um anos (51), com um (1) a três (3) filhos, sendo algumas solteiras, e a maior parte em relações consensuais ou casadas. As entrevistas foram realizadas tanto na área urbana, como sede e bairro Boa Fé, quanto na área rural, no caso nas localidades de Piroás e Outeiro. A escolaridade das entrevistadas varia do ensino fundamental incompleto para o ensino médio incompleto. Na maioria dos casos, eram donas de casa, sendo algumas delas auxiliares de serviço.

Dentre essas mulheres foram selecionadas seis: Paula⁹, dona de casa, moradora da localidade de Piroás, vive em uma relação consensual, tem 22 anos, um filho e possui ensino fundamental incompleto; Maria, 36 anos, casada, mãe de três filhos, dona de casa, possui ensino fundamental incompleto e mora em Outeiro. Ana, auxiliar de serviço, residente no

⁹ Os nomes utilizados são pseudônimos para proteger a identidade das entrevistadas.

bairro de Boa Fé, solteira, 36 anos, uma filha, e possui ensino médio incompleto. Fernanda, dona de casa, residente em Piroás, vive em uma relação consensual, tem 29 anos, uma filha e possui ensino médio incompleto. Carla, dona de casa, residente em Piroás, vive em uma relação consensual, tem 24 anos, é mãe de um filho e possui ensino fundamental incompleto. E por fim, Francisca, dona de casa, residente em Piroás, vive em relação consensual, tem 47 anos e três filhas, possui ensino fundamental incompleto.

Como instrumento de coleta de dados foram utilizados questionários semiestruturados com perguntas abertas por considerar que esta é a forma mais adequada para esse tipo de pesquisa em que se deseja ouvir os sujeitos. No papel de entrevistadora, busquei assumir a postura retratada por Sennett (2004), no qual, segundo o autor, o entrevistador:

“... não pode ser friamente impessoal; ele tem que dar algo de si mesmo para merecer uma resposta sincera. (...) a questão não é conversar como se faz entre amigos. (...) A habilidade consiste em calibrar as distâncias sociais sem deixar o entrevistado se sentir um inseto sob o microscópio.” (Sennett, 2004, p.55)

Nos próximos subcapítulos será possível “ouvir” as falas e conhecer um pouco da realidade das mulheres beneficiárias do PBF, especialmente das que citei anteriormente.

4.1 Pobreza: “a gente que é pobre nunca tem aquilo que deseja”

A primeira entrevista foi realizada com Maria, à noite, por preferência dela, que me relatou ser este o horário mais adequado para conversarmos já que durante o dia tem as tarefas de casa para executar. Para realizá-lo, me dirigi até a casa da entrevistada, e ao chegar lá ela me levou até a cozinha e lá nos acomodamos para começar a entrevista. Iniciei me apresentando e apresentando o projeto no qual estou inserida, disse-lhe quais os objetivos do projeto e lhe perguntei se aceitaria participar, ao responder que sim, lhe falei sobre o desejo de ouvi-la falar de algumas questões, e uma delas era como definiria a pobreza e/ou o ser pobre.

Ela ficou um pouco em silêncio e em seguida me disse que não sabia responder, pude interpretar tal silêncio como constrangimento em falar de sua situação e de se encontrar em situação de pobreza, já que como vimos essa situação impõe “silêncio” e “vergonha” aos que nela se encontram. Refiz então a pergunta, e disse-lhe que se tratava apenas de sua opinião, e ela me falou:

“a pessoa é pobre porque já vem de longe”

E em seguida:

“eu acho que sou pobre porque já vem desde os meus pais”

Essa resposta me chamou bastante atenção e inclusive a adaptei como título de minha monografia por dois motivos: o primeiro é que a pobreza não é um fenômeno, o segundo é pelo que a própria Maria conseguiu em linhas gerais e de forma bem objetiva descrever tão bem, embora sem utilizar os termos teóricos, que no caso seria o chamado “ciclo intergeracional da pobreza”, aquele que trata da tendência da pobreza de passar de geração em geração. Tal resposta da entrevistada reforçou minha crença de que são os sujeitos que vivenciam as situações os que melhor podem descrevê-las.

Na compreensão de Maria, a causa de se encontrar em situação de pobreza vem do fato de os pais também serem pobres e não terem conseguido lhe oferecer alternativas para que sua vida fosse melhor que a deles, como o acesso ao estudo, por exemplo, que ela cita em uma fala posterior:

“eu não tive muita oportunidade de estudar... eu não culpo meus pais por eu não ter estudado, mas também eles não podiam me dar, tipo... quando eu estudava, quando faltava meu material e eu ia pedir minha mãe, ela não podia me dar, ai aquilo eu fui butando na minha cabeça, quando eu tava estudando... ai quando as minhas coisas tavam acabando eu imaginava: como é que eu vou conseguir outro? ai quando eu ia pedir... a mãe não podia me dar, ai eu parei de estudar por isso, eu não estudei por falta de oportunidade.”

A falta de oportunidade somada à falta de expectativas fez com que, segundo ela, se “juntasse” com seu companheiro, com o qual vive até hoje. Ela deixou a condição de pobreza que vivia com os pais e passou a viver também em situação de pobreza ao lado do marido e pouco tempo depois dos filhos. E é também nessa situação que vive a próxima entrevistada, Paula.

A entrevista também foi realizada na casa da entrevistada, mas nesse caso no período da tarde. Quando cheguei ela estava limpando a casa e logo parou para me receber, por se tratar de uma área rural e nesses lugares ser comum o ato de sentar nas calçadas ou no quintal,

preferimos ficar do lado de fora, principalmente por causa do calor, muito intenso. Ao nos acomodarmos, fiz a mesma sequência de me apresentar, apresentar o projeto e em seguida lhe perguntar se aceitava participar. Ao ter sua confirmação iniciei os questionamentos, quando fomos tratar da pobreza, sua resposta foi a seguinte:

Ser pobre é “precisar de uma coisa” e “não ter dinheiro para comprar”, é “as vezes faltar as coisas dentro de casa”

Aparece nessa resposta referência ao caráter econômico da falta de renda que ocasiona, portanto, as demais privações. A situação de Paula é bastante precária e vulnerável, principalmente porque o seu companheiro não possui um emprego fixo, como ocorre com a maior parte das entrevistadas, e depende exclusivamente do trabalho na agricultura e/ou de ser chamado “para um dia de trabalho” como pedreiro.

A questão da agricultura é preocupante porque os deixam dependentes de fatores naturais, como as chuvas, e estas estão cada vez mais escassas e imprevisíveis e do problema da falta de acesso a terra. O de pedreiro, por sua vez, depende de aparecer ou ser chamado por alguém para um dia de serviço. Ambas as situações são de completa dependência, vulnerabilidade e insegurança, o que caracteriza normalmente a situação pobreza.

Paula fez também referências a saúde, cuja análise remete a pobreza pelo viés das “necessidades básicas”. Nas palavras da beneficiária “é precisar de um remédio e não ter dinheiro para comprar”. A falta de acesso a saúde, seja por meio de consultas ou por falta de dinheiro para comprar um remédio se constitui em um dos problemas mais graves enfrentados pela população carente, já que pode resultar no agravamento de doenças e até mesmo levar a morte.

Como não poderia ter deixado de ocorrer, a alimentação destacou-se na fala das entrevistadas sobre pobreza, é a sua ausência que representa, para algumas delas, a situação de pobreza. Na fala de Francisca e de Fernanda a pobreza é não ter acesso à alimentação, vejamos:

O que é pobreza? É você amanhecer o dia e olhar pros seus filhos e num ter nada pra dar pra eles e eles pedir o que comer e não ter nada pra eles comer, que eu acho que a pobreza é isso ai também. (Francisca, 47 anos)

E Fernanda:

Pobreza é... faltar comida na mesa, né? Não ter comida na mesa, né? (Fernanda, 29 anos)

Foi possível enxergar também em algumas dessas mulheres, com destaque para a fala de uma entrevistada em especial, Carla, um sentimento muito forte de resignação não muito distante daquele observado em Fabiano, personagem de *Vidas Secas*. Quando questionada sobre a pobreza, respondeu:

Né muito bom não, mas é do jeito que Deus quer, né?

Em seguida:

Tendo o que dê pra viver tá bom.

Para Carla viver da forma em que vive é algo que ela não pode mudar, é como se fosse seu destino, o destino que “Deus” quis, e que por isso não é possível escapar. E, a forma que encontra para não sofrer é acostumando-se com a realidade, não exigindo “muito” dela, mas apenas suficiente para “viver” ou sobreviver.

Por fim, a pobreza para essas mulheres implica no não atendimento de necessidades e na não realização de desejos, desde os mais simples, como ter uma alimentação digna para si e a família até o sonho de “ajeitar” a “casa”, ou seja, ter uma casa mais confortável no futuro, como confessou Paula. Resumindo com a fala da Maria: “a gente que é pobre nunca tem aquilo que deseja”.

4.2 Fome: “Tinha dia que eu não tinha o que botar no fogo”

A fome é um tema difícil de ser abordado principalmente porque as pessoas não gostam de falar dela, seja porque traz péssimas lembranças ou a memória de situações difíceis seja porque não querem “atraí-la”. Apesar disso, do desconforto, ao tocar no assunto Maria relatou:

“Tinha dia que eu não tinha o que botar no fogo”

E continua:

“tinha dia que quando tinha, era... é porque não tem uma ‘chirquinha’ assim de louça. Que eu botava só uma de feijão no fogo pro almoço e a janta e duas de arroz”

Maria relembra com tristeza esse momento de sua vida, e o que fica evidente em sua fala e expressões é que esses momentos a marcaram profundamente. E, embora hoje sua realidade seja melhor do que a deste período, ela jamais pôde esquecer que passou fome, recordo-me então de Carolina Maria de Jesus, quando ela diz:

Pensei: se todos pudessem comer assim? Estamos na época em que alguns comem e outros não. [...] A época do sofrimento deixa cicatriz na mente. [...] Jamais hei de olvidar que existe fome. (Jesus apud Mendonça, 2013, p.129)

A fome causa não apenas consequências físicas, refletidas, por exemplo, na fraqueza do corpo, mas provoca sofrimentos psicológicos ao indivíduo, e é por isso que Maria nos diz que quando não tinha nada para cozinhar, para comer, sentia uma “tristeza muito grande”. O que remete a Josué de Castro quando diz que a fome aniquila a vida das pessoas não somente agindo sobre o seu corpo, mas também atuando sob o seu espírito. A fome deixa cicatrizes para além do físico.

4.3 Preconceito: Bolsa Família não sustenta ‘vagabundos’, é uma ‘ajuda para as pessoas que não tiveram sua oportunidade na vida’

Os beneficiários do Programa Bolsa Família, como foi possível ver ao longo desta monografia, são alvos de muito preconceito. Como vimos, um deles é a ideia de que os que recebem o benefício do programa são “vagabundos” que não querem mais trabalhar para “viver à custa do Governo”. Mostrei as imagens utilizadas no subcapítulo “De ‘pobres’ a ‘vagabundos’: sociedade e preconceito” as entrevistadas, vejamos o que Maria disse:

“as pessoas acha que em vez de dar o bolsa familia dá emprego, como é que vai dá emprego? Tipo eu, que emprego eu vou conseguir? Eu não estudei, como é que eu vou conseguir um emprego? Então não sustenta vagabundo porque muita gente não tem oportunidade de trabalho, não... Hoje em dia só trabalha, só tem oportunidade de

trabalho se tiver estudo, se tiver curso, se tiver faculdade, então isso ai é uma ajuda para as pessoas que não tiveram sua oportunidade na vida”

Isso vai de encontro ao que me diz Carla quanto a imagem que mostra a fila para o emprego vazia e a para o Programa lotada:

Acho que a maioria dos povo é Bolsa Família porque o emprego geralmente é pra quem tem estudo, né? E a maioria dos povo não tem estudo.

Quem diz simplesmente que o PBF sustenta “vagabundos” ignora algumas realidades, a primeira delas é que a grande maioria dos beneficiários do programa em idade adulta trabalha. O que ocorre é que em grande parte dos casos o (a)s beneficiário (a)s estão submetidos a empregos informais e com baixa remuneração, em decorrência da baixa escolaridade. Além disso, muitas dessas famílias residem em áreas rurais, onde as possibilidades de emprego formais são praticamente ausentes, e o trabalho exercido é basicamente o agrícola, que não possibilita, em grande parte dos casos, ter uma renda fixa, os deixando dependentes de serem chamados para um dia de trabalho, como vimos no caso da Paula, e que também ocorre com a maioria das entrevistadas.

São por esses motivos que Maria diz não concordar com as críticas preconceituosas feitas ao programa que segundo ela melhorou não apenas a sua vida, mas a de muita gente, embora algumas pessoas, no caso eu diria pessoas que fazem essas críticas, não enxerguem isso, em suas palavras:

“Eu discordo porque assim não é nem só a minha vida que melhorou por causa do Bolsa Família, a de muita gente, só que as pessoas não dão fé”

Não dar “fé” é não enxergar, e de fato, parece que os que repetem de forma inconsciente e irresponsável certas críticas carregadas de preconceitos feitas ao programa e as pessoas que participam dele, parece que - pegando emprestadas as palavras de Maria - não dão “fé” da realidade de muitos brasileiros.

4.4 Bolsa Família: “me deu mais segurança”

Ainda com o exemplo de Paula, cuja situação é vulnerável pela ausência de uma renda fixa advinda de um emprego formal, podemos analisar a situação de insegurança e instabilidade com a qual ela e sua família têm de conviver, em um dia tem alimentação adequada, no outro não se sabe, hoje tem um dia trabalho, amanhã não se sabe. O Programa Bolsa Família emerge então nesse contexto, e é por esse motivo que ao ser questionada a respeito dele, Paula responde imediatamente que:

“me deu mais segurança”

E em seguida:

“porque eu sei que vai chegar aquele dia e eu vou ter, né.”

E conclui:

“É uma grande ajuda, né? Porque assim... pelos menos as coisas mais simples, né? da criança... a gente pode comprar.”

Em uma situação onde há ausência de quase tudo, carência de quase tudo, uma renda fixa, mesmo que pouca ou insuficiente já é capaz de provocar mudanças significativas na vida de uma família. Rego e Pinzani (2013) destacam o PBF exatamente por este destinar uma renda monetária regular, o que segundo os autores, possibilita, mesmo que esta seja uma constatação ainda incipiente, que sejam iniciados processos de “libertação” das necessidades “prementes” à manutenção da vida dando mais autonomia aos sujeitos.

Com Maria também não é diferente, começa desabafando:

“eu sofri muito”

E continua

“eu nunca tive nada, nem na minha infância nem depois que eu me casei”

“quando eu me juntei eu não tinha nada, eu fui morar mais ele sem nada, só com a cara e a coragem... [...] ai com meu bolsa família... ai eu comecei a comprar as minhas coisas e ai a minha vida melhorou a partir dai.”

A vida de Maria, segundo ela mesma, só tem melhorado nos últimos anos e principalmente por causa do PBF. Ela acredita que em pouco tempo a família não precisará mais do programa, já que os filhos estão se formando, tanto no nível superior quanto no ensino médio.

Outro ponto interessante foi notar em suas expressões e falas o quanto se sente orgulhosa e feliz por ter um dinheiro que é dela, sobre o marido, ela diz:

“ele nunca na vida dele ele pegou esse dinheiro pra... pra fazer alguma outra coisa ou pra beber, aliás, ele nunca nem pegou no dinheiro”

E acrescenta:

“ele não sabe nem que jeito é o meu cartão”

Apesar de o programa beneficiar a todos os membros da família ao garantir uma maior qualidade de vida, é na vida mulheres que é possível sentir as maiores transformações, estas, vítimas do machismo, em muitos casos nunca puderam trabalhar, viveram sempre na dependência de seus companheiros, e então, tudo que necessitavam tinham que pedir para eles. Com o PBF isso muda porque elas recebem o dinheiro e embora gastem com coisas para a família já podem ao menos escolher o que comprar. E, o poder de escolha é um dos primeiros passos rumo à autonomia e a independência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Há esperanças que é loucura ter.
Pois eu digo-te que se não fossem essas já eu teria desistido da vida.*
José Saramago

A pobreza é um problema extremamente complexo e resolvê-lo também não é tarefa simples, mas necessária. A fome, como consequência mais cruel e imediata da pobreza requer medidas e ações concretas e urgentes em seu combate, visto que se trata de uma necessidade básica que nenhum ser humano deveria ser privado.

É com o objetivo de combater a esses problemas que emergem os Programas de Transferência Condicional de Renda, que transferem dinheiro às famílias pobres exigindo delas algumas condicionalidades. Embora esteja claro que essas medidas são imensamente necessárias devido as grandes desigualdades e injustiças sociais presentes em nosso país, e que sejam legais do ponto de vista da Constituição Federal, ainda há por parte de uma parcela da sociedade brasileira bastante preconceito contra esses programas, que advêm, segundo é defendido neste trabalho, do preconceito contra o pobre, este, por sua vez, é visto como aquele que não se esforçou o bastante e que por isso se encontra na situação de pobreza.

Não afirmei em nenhum momento e nem pretendo afirmar que o Programa Bolsa Família é suficiente para solucionar todos os problemas sociais e as profundas desigualdades existentes no nosso país, mas acredito que ele é fundamental na garantia de uma maior qualidade de vida a milhões de brasileiros que se não fosse o programa estariam destituídos de tudo, inclusive da alimentação.

O investimento no programa deve vir acompanhado do investimento em outras áreas, principalmente na saúde e educação. Na saúde porque é um dos direitos básicos e necessários para uma boa qualidade de vida, por isso todos devem ter acesso gratuito a ela, e que os serviços prestados sejam de qualidade. A educação, por sua vez, porque embora seja um grande avanço a criança estar na escola, já que isso a afasta ou pelo menos dificulta que ela esteja trabalhando e/ou vulnerável a criminalidade ou ao uso das drogas, é necessário também que a escola esteja preparada para formá-la um cidadão crítico e apto a lutar por seus direitos e capaz de transformar o contexto social em que vive. Acredito, porém, que esses investimentos – em programas sociais e em serviços básicos – não são excludentes entre si,

mas complementares. Associado a necessidade de melhoria na saúde e educação pública, está a necessidade de reformas estruturais, principalmente a agrária. Ademais, é importante uma participação mais ativa dos municípios, seja através da criação de projetos que possam atuar em parceria com o programa, seja na realização de momentos – palestras, oficinas – que esclareçam as dúvidas dos beneficiários sobre o programa e forneçam informações relevantes a respeito do mesmo.

Gostaria de concluir esta monografia com a frase de Rego e Pinzani (2013) que dizem que "a luta contra a pobreza material de uma parte da população deve sempre acompanhar a luta contra a pobreza espiritual e moral de outras partes dela", pois considero importante a empatia por parte dos concidadãos, e percebe-se nas muitas críticas preconceituosas dirigidas aos pobres, o desprezo para com o outro e a sua desumanização. Por fim, ressalto que não tive o objetivo de encontrar respostas absolutas para questões tão complexas como as apresentadas neste trabalho, e penso estar longe de esgotar o assunto, o que considero positivo já que pretendo aprofundá-lo no futuro. Espero apenas ter dado minha contribuição para o estudo dessa temática que considero tão relevante para a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELIK W., Políticas públicas, pobreza rural e segurança alimentar. Carta Social e do Trabalho, n. 4, 2006.

BICHIR, Renata Mirandola. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. NOVOS ESTUDOS, CEBRAP, 87, julho 2010 pp. 115-129.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos; tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. — Nova ed. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

CAMPELLO, T.; NERI, M. C. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. – Brasília: Ipea, 2013.

CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Orgs.). Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: Ipea, 2010.

CASTRO, Josué. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço — Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CODES, A. L. M. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. Texto para discussão nº 1332, IPEA, Brasília, 2008.

CORDEIRO, Carla de Fátima. A favela segundo Carolina. BALEIA NA REDE, Vol. 1, No 3. Revista online do Grupo de Pesquisa e Estudos em Cinema e Literatura. São Paulo, 2006. Disponível em:
<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/baleianarede/article/viewFile/1360/1185>

COURA, Claudinéia Pereira. Nos limiares da pobreza e do estigma: um diálogo entre Simmel e Goffman. Minas Gerais, 2009.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. RAE-eletrônica, São Paulo, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002.

DRAIBE, S. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. Tempo Social, p. 63-101, nov. 2003.

DRIUSSO, M. Estudo comparado entre os programas de transferência condicionada de Renda no Brasil e México. Dissertação (Mestrado: Economia) – USP- SP, 2010.

FERNANDES, Florestan. A Integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca, Vol. I. 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2008.

FREITAS, Felipe Corral de. O programa fome zero e a disputa discursiva entre o pt e o pfl. Publ. UEPG Ci. Soc. Apl., Ponta Grossa, 19 (2): 167-179, jul./dez. 2011.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. *Agonia da fome* – Salvador: EDUFBA; FIOCRUZ, 2003.

GABRIEL et al. *Focalização de Políticas Públicas: O Programa Bolsa Família como política pública focalizada para superação da desigualdade e exclusão*. IPC-UNDP, Brasília, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. – São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “Raça” em Sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, jan/jun. 2003, p. 93-107.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960.

LAVINAS, Lena, [et al.]. *Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero*. *Revista Latinoamericana de Población*, Año 6 Número 10, Enero/ Junio 2012.

LAVINAS, Lena. *Pobreza e Exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática*. *Econômica*, v.4, n.1, p. 25-59, junho 2002.

MALTHUS, Thomas Robert. *Ensaio sobre a população* In: *Os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARCONDES, Mariana Mazzini... [et al.]. *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013.

MEDEIROS, M.; [et al.]. *Programas focalizados de transferência de renda: contribuições para o debate*. Brasília: IPEA, jun. 2007. (Texto para discussão n.1283).

MEDEIROS, M.; [et al.]. *TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL*. *Novos Estudos* 79, Brasília, nov. 2007.

MELO NETO, João Cabral De. *O cão sem plumas*. Editora Nova Fronteira, 1984.

_____. *Morte e Vida Severina*. Editora Saraiva, 2010.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. *Josué de Castro e o combate ao neomalthusianismo*. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH - São Paulo*, julho 2011.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. *Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus: experiência marginal e construção estética*. *Dissertação (Mestrado – USP)*, São Paulo, 2013.

MOCELIN, Cassia Engres. *Pobreza rural e o Programa Bolsa Família: o caso dos beneficiários da comunidade de São João do Barro Preto – Júlio de Castilhos/RS*. *Dissertação (Mestrado: Extensão Rural) UFSM – Santa Maria*, 2011.

MOCELIN, Cassia Engres; FIALHO, Marco Antonio Verardi. *Pobreza rural e Bolsa Família: análises a partir da comunidade São João do Barro Preto no município de Júlio de Castilhos/RS*. *Ponencia presentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural*, Porto de Galinhas, 2010.

MUNDIAL, BANCO. *Transferencias monetárias condicionadas Reducción de la pobreza actual y futura*. Banco Mundial, 2009.

NARAYAN, Deepa. Empoderamiento y reducción de la pobreza: Libro de consulta. Banco Mundial en coedição com Alfaomega Colombiana S. A, 2002.

NETO, Tito; Rezende, Maria José. As contribuições de Josue de Castro no estudo para o combate a fome. Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas. Londrina: Eduel, 2008.

OSORIO, R.; [et al.] Erradicar a Pobreza Extrema: um objetivo ao alcance do Brasil. Texto para Discussão, n. 1619. Brasília: Ipea, 2011 .

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de Desenvolvimento Humano 2004.

RAMOS, Graciliano. Vidas Secas. 107ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2008.

REGO, W. L.; PINZANI, A. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

REICHER, Stella Camlot. Capacidades e Direitos Humanos: uma análise conceitual sob a ótica de Martha Nussbaum. Usp, São Paulo, 2009.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. Transferências de renda: o fim da pobreza? Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

_____. O programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza. Economia e Sociedade, Campinas, v.20, n.1 (41), p.113-139, abr. 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1978. (Coleção polêmica)

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. O tamanho da Pobreza: Economia política da distribuição de renda. Tradução: Heloísa Brambatti. Petrópolis: Garamond, 2001.

SANTOS, Larissa M. N. POBREZA COMO PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: UM ESTUDO DE CASO NA FAVELA DO VIDIGAL NO RIO DE JANEIRO. Dissertação (Mestrado: Economia) – UFF- Niterói, 2007.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução: Laura Teixeira Motta; revisão técnica: Ricardo Doninelli Mendes. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENNETT, Richard. Respeito: a formação de caráter em um mundo desigual. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA JUNIOR, W. L da. Alforria, liberdade e cidadania: o problema da fundamentação legal da manumissão no Antigo Regime ibérico. Revista de Indias, vol. LXXIII, n.º 258, 431-458, 2013.

SILVA, José Graziano da, [et al.]. Fome Zero: A experiência brasileira/; – Brasília: MDA, 2010.

SILVEIRA NETO, Raul; Azzoni, Carlos. O Programa Bolsa Família e a Recente Queda da Desigualdade Regional de Renda no Brasil. Brasília: IPC-IG, nº 229, novembro, 2013.

SOARES, F. V.; [et al.] PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL: IMPACTOS SOBRE A DESIGUALDADE. Texto para discussão nº 1228, IPEA, Brasília, 2006. Disponível em <www.ipea.gov.br>, consultado em 25/11/2013.

SOARES, F.V.; Soares, S.; Medeiros, M. e Osório, R. Programas de transferências de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade e a pobreza. Brasília: IPEA, 2006. Disponível em <www.ipea.gov.br>, consultado em 10/11/2013.

SOARES, S. e Sátyro, N. O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. *IPEA, Texto para Discussão* nº 1424. Brasília, 2009. Disponível em <www.ipea.gov.br>, consultado em 18/11/2013.

SOUZA, Jessé; [et al.]. Ralé brasileira: quem é e como vive. — Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009.

_____. A Parte de Baixo da Sociedade Brasileira. *Revista Interesse Nacional*, v. 14, p. 33-41, 2011.

STEIN, Rosa Helena. Pobreza e desigualdade na América Latina sob o olhar dos organismos internacionais. *Ser Social*. Brasília, v.1, n.18, p. 79-125, jan./jun. 2006.

UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Humanos, Brasília, 2008.

ZIEGLER, Jean. Destruição massiva: Geopolítica da fome. Paris, 2011.

Estadão: Associação propõe a suspensão do voto de quem recebe o Programa Bolsa Família. <http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/associacao-propoe-suspender-voto-de-quem-recebe-bolsa-familia/>

Brasil recebe o Nobel Social da seguridade pelo Programa Bolsa Família. <http://www.brasil.gov.br/governo/2013/10/brasil-recebe-o-201cnobel201d-da-seguridade-pelo-bolsa-familia>